



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL  
JATAÍ  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE ESTUDOS  
GEOGRÁFICOS



**MARCOS PAULO FRANÇOZI**

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAL NO  
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA RIO PARAÍSO – JATAÍ/GO**

JATAÍ (GO)

2018

MARCOS PAULO FRANÇOZI

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAL NO  
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA RIO PARAÍSO – JATAÍ/GO**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia, pela Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí.

Orientador: Prof. Dr. William Ferreira da Silva

JATAÍ (GO)

2018

MARCOS PAULO FRANÇOZI

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAL NO  
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA RIO PARAÍSO – JATAÍ/GO**

Monografia de final de curso APRESENTADA e APROVADA em xx de mês de  
2018, pela banca examinadora constituída pelos membros:

---

Prof. Dr. William Ferreira da Silva

Orientador

Presidente – UAEEGEO/REJ/UFG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Rodrigues

UAEEGEO/REJ/UFG –

---

Me. Danilo Souza Melo

Aluno de doutorado do PPGGEO/REJ/UFG

Jataí (GO)

2018

*A Vanderlei e Maristela, que pouco me ensinaram sobre a ciência,  
mas muito me ensinaram sobre a vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Na caminhada da graduação tive a oportunidade de conhecer diversas pessoas umas mais próximas e outras não, mas todas fundamentais durante a caminhada, e que, de um jeito ou de outro, contribuíram com minha formação. Assim, registro aqui meu agradecimento pela ajuda e amizade.

Agradeço a toda minha família, principalmente aos meus pais pelo amor incondicional.

À Maria Alice, namorada, companheira e amiga, por compreender as minhas ausências durante esta trajetória.

Agradeço ao Laboratório de Investigações das Dinâmicas Espaciais (GEOLIDER), onde convivi com companheiros de estudos e professores que sempre à mão, me auxiliaram na retirada de dúvidas

Ao Prof. William pela orientação e pelas contribuições que deram corpo a esta pesquisa.

Agradeço aos amigos Francisco Tomaz de Moura Júnior, Priscila Braga Paiva e Eliza Muriele Teixeira da Silva pelo convívio nem sempre harmônico, mas sempre produtivo, seja cientificamente, ou nas conversas casuais no decorrer do curso.

Aos amigos Lucas, Jean e Júnior que me proporcionaram boas conversas e momentos descontraídos durante toa a graduação e minhas desculpas por nem sempre estar presente.

Aos amigos da Secretaria Municipal de Promoção Social de Jataí/GO, em especial a Natali, pelo bom atendimento de sempre e pelos dados fornecidos com gentileza.

Aos funcionários da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, que nem sempre são lembrados, mas merecem os agradecimentos por manter o pleno funcionamento da universidade.

Agradeço aos professores da Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos da UFG/REJ, em especial ao Prof. Evandro César Clemente, ao qual tenho como amigo, por me proporcionar a oportunidade de aprender Geografia e me qualificar enquanto Geógrafo.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram com meu processo formativo e a presente pesquisa.

*Quem me dera ao menos uma vez  
Acreditar por um instante em tudo que existe  
E acreditar que o mundo é perfeito  
E que todas as pessoas são felizes*

*Índios, Legião Urbana.*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo efetuar a análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) municipal no assentamento de reforma agrária Rio Paraíso – Jataí/GO, na tentativa de averiguar como tal política, que é destinada aos agricultores familiares, impacta na realidade local, analisando o seu cumprimento frente às transformações ocorridas a partir da descentralização das políticas públicas relacionadas ao setor iniciadas no final da década de 1980 e início da de 1990. Para a realização do trabalho, buscou-se por meio de revisão bibliográfica a análise da expansão agrícola e atual configuração produtiva da Microrregião Sudoeste de Goiás, contexto em que o município está inserido. Foram utilizados autores que contribuem para o entendimento e compreensão da temática, além de outros temas que permeiam a pesquisa, como questão agrária e a agricultura familiar. Também foi efetuado o levantamento de dados de fontes primárias e secundárias, buscando endossar a análise do tema proposto, contribuindo para o melhor entendimento da realidade local. Além disso, também foi compreendida a realidade em que o assentamento se encontra, tendo em vista que sua fundação data o ano de 1989, sendo assim quase 30 anos de história e de constantes transformações, como a migração da produção leiteira para a sojicultura, atrelada com a venda dos lotes e a migração de famílias sulistas para o local. A partir da análise dos dados obtidos percebeu-se que apesar de ter representado uma mudança significativa no âmbito das políticas institucionais de valoração daqueles que produzem a grande maioria dos alimentos no país, o PAA, no que diz respeito a Jataí, não cumpre a sua função primordial que é a produção de alimentos, combate à fome e garantia da segurança alimentar, não pela falta de recursos ou má distribuição de alimentos, mas sim, pela falta de iniciativa de, tanto a esfera pública, quanto a política, incentivar a produção de alimentos. Para os agricultores da Rio Paraíso a não condução do PAA municipal para uma melhor integração dos agricultores, atendendo suas demandas, bem como a competitividade entre políticas de incentivo à produção de grãos, além de fatores naturais e econômicos como, a disponibilidade de terras de fácil mecanização e de solos propícios a agricultura de larga escala e com a geração de renda que a cultura de grãos proporciona, são exemplos disso. Diante do processo de descentralização administrativa, ocorrido nas últimas três décadas, tal situação coloca em xeque a capacidade efetiva dos municípios em projetar e implementar políticas públicas para a agricultura familiar, fator fundamental na garantia do desenvolvimento rural.

**Palavras-chave:** Geografia Agrária; Políticas Públicas; Agricultura Familiar; PAA; Rio Paraíso;

## ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the Municipal Food Acquisition Program (PAA) in the Rio Paraiso - Jataí / GO agrarian reform settlement, in an attempt to investigate how this policy, which is aimed at family farmers, has an impact on the local reality, analyzing its compliance with the transformations that occurred due to the decentralization of the public policies related to the sector initiated in the late 1980s and early 1990s. In order to carry out the work, we searched through a bibliographical review the analysis of the expansion agricultural and current production configuration of the Southwest Microregion of Goiás, context in which the municipality is inserted. Authors were used to contribute to the understanding and understanding of the theme, as well as other themes that permeate research, such as agrarian issues and family farming. Data were also collected from primary and secondary sources, seeking to endorse the analysis of the proposed theme, contributing to a better understanding of the local reality. In addition, it was also understood the reality in which the settlement is found, given that its foundation dates back to 1989, thus being almost 30 years of history and constant transformations, such as the migration of milk production to the soy production, with the sale of lots and the migration of southern families to the site. Based on the analysis of the data obtained, it was observed that, although it represented a significant change in the institutional policies for the evaluation of those who produce the great majority of the food in the country, the PAA, with respect to Jataí, does not fulfill its food production, the fight against hunger and ensuring food security, not because of a lack of resources or a bad distribution of food, but because of the lack of initiative of both the public sphere and politics, to encourage production of food. For Rio Paraiso farmers, the municipal PAA is not to be better integrated to meet farmers' demands, as well as the competitiveness of policies to encourage grain production, as well as natural and economic factors such as the availability of easily accessible land mechanization, and soil conditions conducive to large-scale agriculture and the income generation provided by grain crops are examples of this. Faced with the administrative decentralization process that has occurred in the last three decades, this situation calls into question the effective capacity of municipalities to design and implement public policies for family agriculture, a fundamental factor in guaranteeing rural development.

**Key words:** Agrarian Geography; Public policy; Family farming; PAA; Rio Paraiso;



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Área plantada (ha) de milho e soja do município de Jataí/GO - 1990 até 2015.....	28
Tabela 2 - População residente do município de Jataí/GO - 1950 até 2010.....	30
Tabela 3 - Estrutura fundiária do município de Jataí/GO - 2006.....	30
Tabela 4 - Número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar no município de Jataí/GO.....	31
Tabela 5 - Valor médio em Reais (R\$) por agricultor do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2015).....	40
Tabela 6 - Valor médio em Reais (R\$) entregue pelos produtores do assentamento Rio Paraíso ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2016).....	45

## **LISTA DE ILUSTRAÇÃO**

Quadro 1 - Políticas Públicas destinadas a Agricultura Familiar no ano de 2017.....	23
Quadro 2 - Produtos entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal – Jataí/GO .....	38
Y	
Mapa 1 - Localização do município de Jataí/GO - 2017.....	26
Mapa 2 - Localização dos assentamentos de reforma agrária no município de Jataí/GO.....	32
Foto 1 - Escritório da COPARPA no município de Jataí/GO.....	36
Gráfico 1 - Número de produtores do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2016).....	39
Gráfico 2 - Recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2015).....	41
Gráfico 3 - Comparação entre recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO e no estado de Goiás (2011-2015).....	41
Gráfico 4 - Recursos destinados pelo Governo Federal ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal (2011-2015).....	42
Gráfico 5 - Número de produtores do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal no Assentamento Rio Paraíso – Jataí/GO (2011-2016).....	45
Gráfico 6 - Recursos obtidos pelos produtores do assentamento Rio Paraíso pelo Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2016).....	46
Gráfico 7 - Porcentagem de produtos entregues de acordo com a classificação da SEAF/MD pelos produtores do assentamento Rio Paraíso ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2015).....	46

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária

CONAB – companhia nacional de abastecimento

COPARPA – Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce

DAP – declaração de aptidão ao PRONAF

EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCTRF – Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

POLOCENTRO – Programa de desenvolvimento dos Cerrados

PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROINF – Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SEAF/MDA – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SIPAF – Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar

SMPS – Secretaria Municipal de Promoção Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL.....	15
Das políticas setoriais ao enfoque territorial.....	15
As políticas territoriais e o desenvolvimento.....	17
Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.....	21
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	26
O município de Jataí.....	26
O assentamento de reforma agrária Rio Paraíso.....	33
A Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce (COPARPA).....	35
CAPÍTULO III – ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAL NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA RIO PARAÍSO – JATAÍ/GO.....	38
O Programa de Aquisição de Alimentos Municipal em Jataí/GO.....	38
O Programa de Aquisição de Alimentos Municipal no Assentamento Rio Paraíso.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXOS.....	53

## INTRODUÇÃO

O município de Jataí, bem como grande parte da Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, tem sido marcado pelo predomínio da agricultura capitalista, caracterizada por ser um modelo baseado em extensas propriedades rurais voltadas para a monocultura, uso intensivo de mecanização, tecnologias, insumos químicos e mão de obra assalariada, tendo sua produção como destino o mercado externo e a agroindústria.

Ao analisar a formação espacial da microrregião, verifica-se que tal modelo de produção na agricultura está intimamente ligada às transformações dos processos econômicos e a distribuição da propriedade da terra. A implementação de políticas econômicas expansionistas pelo Estado, com farto acesso ao crédito juntamente com o desenvolvimento de novas técnicas de plantio e modernização do campo, permitiu que a estrutura fundiária da microrregião se mantivesse concentrada e seletiva (QUEIROZ, 2010).

Para Clemente (2011) a hegemonia deste padrão produtivo tem resultado em intensa concentração fundiária, aumento da concentração de riqueza e das desigualdades sociais, marginalização e expropriação dos pequenos proprietários rurais, além de contribuir para a degradação ambiental, como a contaminação do solo, da água, ar, animais, vegetais e do próprio homem.

Historicamente a economia brasileira é conhecida pelo modelo agroexportador, setor este que movimenta, em média, cerca de 23% do PIB nacional (CNA e IBGE, 2016) entre agroindústria, insumos, agropecuária e serviços. Da mesma maneira, cabe ressaltar que, dentro deste montante, muito desta riqueza, aproximadamente 6% (NEAD/MDA, 2016), provém da agricultura familiar, que endossa o valor total anual do PIB gerado pela agricultura.

No Brasil, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, no art. 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que atende aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
  - II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
  - III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
  - IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

A agricultura familiar é tida como aquela que se propõe a produzir alimentos, já que segundo o Censo Agropecuário realizado em 2006 pelo IBGE, apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, compondo 70% da produção de alimentos (IBGE, 2006), atuando como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Deste modo, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) municipal de Jataí, estado de Goiás, na tentativa de averiguar como tal política, que é destinada aos agricultores familiares, impacta na realidade local. Assim, para aprofundar a análise, estabeleceu-se como área da pesquisa o assentamento de reforma agrária Rio Paraíso, um assentamento cuja existência data o ano de 1989 e que pode responder alguns questionamentos quanto a análise da política pública em questão.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

Sabendo que o módulo rural do município de Jataí é de 40 hectares (de acordo com o INCRA) e que a agricultura familiar é considerada por lei o estabelecimento que possui até 4 módulos, aqui consideramos o estabelecimento de até 160 hectares como unidades da agricultura familiar. No entanto, como somente dispomos dos dados do IBGE, mesmo havendo certa margem de erro, iremos considerar os estabelecimentos com até 200 hectares para o município de Jataí, pois os dados do IBGE oferecem estratos que não contemplam exatamente tais medidas.

Diante do que foi exposto, para a execução deste trabalho, buscou-se por meio de revisão bibliográfica compreender a expansão agrícola e atual configuração produtiva da Microrregião Sudoeste de Goiás. Foram utilizados autores como Arretche (1996), Ribeiro (2003), Hespanhol (2010 e 2013), entre outros autores para o entendimento e compreensão dos temas que permeiam a pesquisa, dentre eles: questão agrária, agricultura familiar, políticas públicas, relações de poder e desenvolvimento territorial.

Também foi efetuado o levantamento de dados de fontes secundárias, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Censos Agropecuários, Censos Demográficos, Produção Agrícola Municipal); Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (ICRA); em que se procurou endossar a análise do tema proposto, contribuindo para o melhor entendimento da realidade local.

Assim, estruturou-se o trabalho da seguinte maneira: em um primeiro momento, buscou-se por melhor elucidar a realidade nacional a partir da revisão histórica de como o conceito de desenvolvimento fora aplicado na busca pelo “progresso” e de como políticas gestadas pelo Estado e direcionadas para setores como a agricultura, transformaram a economia e causaram impactos na estrutura fundiária.

Destarte, com a retomada da democracia em 1985 no país novas formas de governança foram adotadas, principalmente com base nos modelos europeus, resultando em uma descentralização dos recursos e da administração pública, na tentativa de democratizar a gestão pública em todas as escalas envolvendo todos os atores, para assim atender suas demandas e planejá-las juntas, resultando assim em políticas específicas para cada segmento da economia.

No segundo momento são retratadas as realidades contrastantes tanto do município de Jataí/GO quanto do assentamento Rio Paraíso, que se demonstram áreas consolidadas e frutos da ocupação desigual da terra. Enquanto o município é formado em grande maioria pelo latifúndio produtor de *commodities*, o que Elias (2003) denomina “cidade do agronegócio”, contrariamente, o assentamento representa a reforma, a distribuição igual da terra em prol de uma também igual distribuição de renda, ou ao menos deveria.

No entanto, as contradições encontradas na formação e transformação do assentamento são contraditórias, resultando numa reconfiguração produtiva daquilo que se ensejava pela reforma agrária que é a transformação do agricultor familiar no pequeno agricultor capitalista, onde apesar da pequena propriedade, o trabalho familiar já não se configura em realidade.

Por fim, são analisados os dados do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal nas escalas propostas, o que pôde dar base para apontamentos de uma realidade concreta, onde a incapacidade pública e política, bem como a historicidade em prol do agronegócio e da agroexportação falam mais alto, transformando o PAA em uma medida com vários pontos positivos, mas mesmo assim, como medida paliativa par um “problema” que é a desigualdade.

## **CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL**

### **Das políticas setoriais ao enfoque territorial**

A questão agrária sempre esteve presente no debate dos rumos do país, permeando a formação sócio-territorial brasileira, assumindo posição em primeiro ou segundo plano nos projetos nacionais de desenvolvimento econômico. O papel do Estado, como gestor de projetos, deve ser enfatizado quando se analisam os processos econômico-sociais no espaço agrário, efetivados através de políticas públicas que envolvem os projetos de colonização e reforma agrária e as voltadas ao crédito e ao desenvolvimento da agricultura.

Ao avaliar historicamente a economia brasileira, observa-se que desde o seu período colonial, sempre houve destaque pelo modelo agroexportador – tendo a cana de açúcar e o café como exemplos – sendo sistemáticas as preocupações do Governo em direcionar políticas ao setor agrícola, objetivando manter a dinamicidade econômica e gerar divisas ao país, e em menor grau, fornecer alimentos ao mercado interno.

A forma de governo, no Brasil, tem como herança a centralidade do poder no passado colonial, não sendo muito distinto da forma republicana de administração. A partir dos anos 1930, com o advento de um Estado desenvolvimentista<sup>1</sup>, houve a ampliação progressiva das funções do Governo com a estratégia de fortalecimento institucional, compreendendo a criação de órgãos administrativos, de desenvolvimento econômico e de inovação em política social (ARRETCHE, 1996).

Durante a consolidação da modernização do aparato estatal e da política a partir da Revolução de 1930, que instalou Getúlio Vargas como presidente do Brasil, alimentou-se um grande debate sobre a expansão da fronteira agrícola e a integração nacional como política de desenvolvimento.

Quando o projeto desenvolvimentista de forte caráter nacionalista de Vargas começa a ser implantado, principalmente com o Estado Novo em 1937, faz-se necessária a busca pela redução da dependência externa. Esse aspecto faz com que a agricultura voltada para o mercado interno torne-se fundamental para alavancar a expansão industrial e urbana, fazendo

---

1 O termo “desenvolvimentismo” está ligado a teoria centrada no crescimento econômico, baseado na industrialização e na infraestrutura, com forte intervenção do Estado, em detrimento do desenvolvimento social. Tal teoria foi uma resposta aos efeitos da “grande depressão” dos anos 1930 e está ligada às ideias trazidas pelo keynesianismo. A onda desenvolvimentista teve o seu apogeu nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra, com destaque para as políticas de implantação da indústria pesada nos principais países da América Latina (FONSECA, 2004).

merecer uma estratégia própria para garantir alimentos e matéria prima em quantidade e com baixos custos (NETTO, 2011).

O rompimento com a democracia através do golpe civil/militar no ano de 1964 trouxe significativas mudanças, principalmente no que se refere a agricultura. As políticas aplicadas pelos Governos militares, a princípio, buscavam dinamizar o setor agrícola, ampliando a produção de alimentos e matérias primas, bem como aumentar as exportações e a substituição das importações, além de redistribuir geograficamente as populações rurais por meio da colonização (ESTEVAM, 1997). Deste modo, pelo crédito rural, é incentivado o uso intensivo de máquinas e fertilizantes, o que tornou claro os interesses industriais presentes na reestruturação da agricultura brasileira.

Segundo Clemente (2011) a intervenção do Estado por meio de políticas públicas, trouxeram consigo os interesses das velhas oligarquias agrárias regionais, que comandaram e ainda comandam o processo de produção agrícola e também é detentora da maior parte das terras, conservando ainda forte poder político.

Com a execução dos Planos Nacional de Desenvolvimento (I e II PND), que atribuíam importância estratégica ao desenvolvimento agrícola no país, houve um grande enfoque regional na agricultura, culminando, entre outros, na criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste); o Programa de desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), cujos objetivos estavam no desenvolvimento econômico do Centro-Oeste (onde situa-se a área da pesquisa) e na criação de uma infraestrutura que possibilitasse ao empresário investir na região.

O agravamento da crise econômica e da crise fiscal do Estado, as lutas contra o Governo ditatorial e o processo de redemocratização que se intensificaram nos anos 1980 em diante, trouxeram consigo a discussão sobre os efeitos do modelo econômico e das políticas públicas dos períodos anteriores, deslocando a ênfase dos debates e das análises até então concentradas no crescimento econômico, para a forma de funcionamento do aparato público, caracterizada pela superposição de funções, pelas formas centralizadas e assistencialistas de implementação das políticas sociais (CASTRO, 1991).

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988 e das políticas baseadas no enfoque territorial para o campo nos anos 1990, passou a ocorrer à busca pela descentralização dos recursos que até então eram centralizadas pelo poder estatal, tendo em vista a reforma descentralizadora dos Estados – em meados da década de 1980 em diversos países – na tentativa de democratizar a gestão pública em todas as escalas (ARRETCHE, 1996).



É nesse contexto em que as políticas territoriais são pensadas, com a intenção de garantir “que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o conjunto do território em diferentes áreas, como a econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental” (DELGADO e LEITE, 2011, p.433).

Em termos gerais, a mudança no enfoque das políticas públicas foi, de certa forma, um dos reflexos das transformações na agricultura nas principais economias capitalistas a partir dos anos 1970 que, de acordo com Hespanhol (2010), atribui-se ao esgotamento do modelo econômico do pós-guerra e ao declínio do modelo produtivista que levou à disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Diante do exposto, faz-se necessário evidenciar o papel das políticas territoriais no que tange as políticas de desenvolvimento rural, em especial as que são direcionadas a agricultura familiar, que fazem parte do escopo da pesquisa. Assim, na continuidade do trabalho serão melhor abordados, a partir das concepções de desenvolvimento e território, como tais políticas foram instituídas, tal como suas características e objetivos

### **As políticas territoriais e o desenvolvimento**

No Brasil, a introdução da perspectiva do desenvolvimento territorial no âmbito das políticas públicas é recente e pode ser explicada pelo fato de que até o início da década de 1980, a intervenção do Estado era predominantemente através de políticas setoriais, já explicitadas anteriormente. A partir dessa década, com a crise financeira do Estado e a perda da sua capacidade em termos de intervenção o “planejamento regional”, torna-se insuficiente como instrumento para o planejamento das ações práticas do Estado e dos agentes políticos (SCHNEIDER, 2003).

O território emerge assim com uma nova roupagem para a atuação do Estado, pois segundo Schneider (2003),

Neste cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários, a redefinição do papel das instituições e cresce a importância das esferas intra-nacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com estes organismos locais tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2003, p.09)

A abordagem territorial do desenvolvimento obteve ampla adesão dos atores sociais do campo e das pequenas cidades rurais brasileiras, onde se concentra grande parte da população pobre e onde é mais difícil o acesso a serviços e equipamentos públicos que garantam direitos, qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento sustentável (SEAF/MDA, 2017).

O conceito de desenvolvimento por si só é trajado de uma multiplicidade de significados. Essa terminologia está fortemente carregada de conotações, que vão desde o senso comum até o campo científico. No senso comum, o desenvolvimento tem sido associado à sua origem, no século XVIII, às noções de evolução e crescimento, oriundas da biologia. Já no campo científico, as questões são múltiplas e complexas e envolvem desde problemáticas vinculadas à ideologia, ao caráter normativo, mesmo, ao âmbito discursivo, dentre outras esferas.

Deste modo, o desenvolvimento será aqui tratado a partir da concepção de ideologia, que, de acordo com as reflexões de Favareto (2006), é sustentado pelo sistema de ideias de um grupo social hegemônico, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos.

De imediato, desenvolvimento denota uma ideia de progresso, de crescimento, e, portanto, tem sido aceita de forma massiva e sem opor resistência por diversas culturas e diferentes povos. Por conta disso, tornou-se um instrumento ideológico poderoso, para a consecução dos objetivos de dominação e poder dos países tidos como desenvolvidos (GÓMEZ, 2006).

Assim, Chauí (2008) assevera que “[...] a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (CHAUÍ, 2008, p.07).

Ao observarmos as ações governamentais adotadas ao longo da história econômica brasileira é perceptível o perfilhamento do desenvolvimento enquanto ideologia pelo Estado<sup>2</sup>. No decorrer do uso da terminologia ao longo dos anos e dos diferentes modos e sistemas de produção adotados pelo país em prol de uma “evolução” (terminologia que também está atrelada a ideia de desenvolvimento), o desenvolvimento sempre veio acompanhado de um adjetivo, significando o direcionamento dos esforços para essa suposta evolução seja ela econômica, social ou ambiental.

---

<sup>2</sup> O desenvolvimento enquanto ideologia não se restringe apenas ao Brasil. Pelo contrário, os termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” passaram a ser amplamente utilizados a partir da Segunda Guerra Mundial como sinônimos de países “avançados” e “atrasados” respectivamente, conforme as disparidades econômicas foram se acentuando.

Para Brandão (2012), a busca pelo desenvolvimento no Brasil privilegiou as partes e as camadas sociais mais avançadas do país, o que é chamado pelo autor de “modernização conservadora” (BRANDÃO, 2012, p.18). Segundo essa lógica neoliberal de concentração de renda, o modelo hegemônico atual desperdiça muito das potencialidades existentes em diversos espaços, pois é excludente e seletivo, favorecendo as áreas com maior grau de modernização.

O desenvolvimento então é consubstanciado numa perspectiva em que as desigualdades sociais não são combatidas, abandonando qualquer perspectiva de luta de classes, restando aos trabalhadores “tornar-se patrões, ‘donos de seu próprio negócio’, ou buscar qualificação para melhorar sua empregabilidade” (BRANDÃO, 2012, p.46).

No modelo produtivo capitalista do desenvolvimento, caberia aos locais, sejam eles nacionais ou internacionais, que obtiverem êxito nas atividades e processos de acumulação, servir de exemplo a serem seguidos por outras regiões que quisessem replicar tais experiências, negando a dinamicidade particular de cada lugar, prezando pela excelência da aplicabilidade (BRANDÃO, 2012).

Segundo Paulino (2010),

A crença de que a gestão do território é uma questão de ordem técnica, e que quanto mais eficiente, melhores os resultados para a sociedade, é que tem legitimado intervenções externas, baseadas nas receitas que nos são impostas inclusive por instituições internacionais por que, em tese, precisaríamos aprender a governar. Nesse contexto, a ideia de progresso material da sociedade está atrelada ao pressuposto de modernização das estratégias de governança ou, em outras palavras, das técnicas de administração pública (PAULINO, 2010, p.118).

Neste sentido, conforme evidencia Hespanhol (2010) a partir das experiências de programas utilizados na União Europeia, com novas perspectivas de enfoque territorial,

[...] as instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passaram a condicionar a concessão de financiamentos aos países periféricos à incorporação nos seus programas de desenvolvimento rural, de pressupostos e estratégias visando à redução da pobreza, o estímulo às formas de organização coletiva, a conservação dos recursos naturais e a visão mais integrada dos espaços rurais e urbanos por meio da perspectiva territorial, sem considerar, entretanto, as particularidades que caracterizam esses países (HESPANHOL, 2010, p.127).

Contudo, a origem dessa perspectiva está relacionada às pressões exercidas por estas instituições, ao reconhecimento por parte do Estado de novas dinâmicas espaciais e à necessidade de reavaliação dos instrumentos governamentais até então utilizados na promoção do desenvolvimento rural (BONNAL; MALUF, 2009).

A exemplo, podemos citar o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) que foi criado pelo Governo Federal em 2003 (MDA/SDT, 2005), para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde o investimento público e privado não era o bastante para atender às necessidades e demandas específicas da população. O programa visa o aceleração dos processos econômicos para que aumentem as chances de geração de renda de forma desconcentrada e que leve em consideração a sustentabilidade no campo.

Os Territórios Rurais foram criados como uma forma de estratégia para que se possam integrar os espaços rurais visando os aspectos sociais, econômicos e políticos. O objetivo dessa construção é identificar os territórios a partir da composição de identidades regionais, e daí, pensar em políticas específicas para cada território, levando em consideração suas especificidades.

O conceito de território adotado oficialmente diz respeito a

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2005, p.28)

Essa abordagem, diferente da do conceito de território na Geografia, apreendido e delimitado por e a partir de relações de poder, tendo nos conflitos um componente fundamental da sua constituição e lógica (SAQUET, 2007), na perspectiva adotada pelo Estado brasileiro, o enfoque territorial é considerado como uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação, passando então a constituir uma unidade de referência, um “nível de operação e agregação” para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas (SCHNEIDER, 2003).

Não obstante, apesar da incorporação, de uma perspectiva mais integrada dos espaços rurais e urbanos por meio do enfoque territorial e do estímulo à participação dos produtores rurais e de suas formas de organização coletivas, há ainda muitas dificuldades e resistências (institucionais, sociais, econômicas, culturais, entre outras) para estas se efetivarem.

Neste cenário de transferência entre o poder centralizador do Estado para formas descentralizadas de responsabilidade pública e, da discussão de políticas desenvolvimentistas, a importância da agricultura familiar é salientada com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo Decreto nº. 1.946, de 28 de junho em

1996 e de outras políticas públicas voltadas para os agricultores familiares nos anos 2000, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tais políticas representam um marco na geração de renda pela agricultura familiar, pois são formas de (1) incentivar a produção diversificada de alimentos e (2) de direcionar recursos públicos (tanto pela compra de produtos, como pela melhoria de infraestrutura e serviços) para uma esfera responsável pela maior parte da produção de alimentos no país. Deste modo, no título seguinte serão abordadas as políticas públicas que de fato são direcionadas para a agricultura familiar no Brasil, na tentativa de melhor elucidar seus objetivos e características.

### **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

Dentro do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), agora rebaixado a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAF/MDA) – pela Medida Provisória nº 726, de maio de 2016, agora lei nº 13.341, de setembro de 2016 – existe o departamento responsável pela agricultura familiar que coordena, de acordo com a conjuntura atual, as Políticas Públicas voltadas para a produção agrícola familiar no país.

A Secretaria elege como missão consolidar o conjunto da agricultura familiar, de modo a promover o desenvolvimento local sustentável com representantes da sociedade, de acordo com os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, democracia e transparência e da parceria, com responsabilidade (MDA, 2012).

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Dentre os principais programas/projetos que são desenvolvidos no âmbito da agricultura familiar, encontra-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que financia, por meio de agentes financeiros (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia), projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa conta com

diversas linhas de crédito, que são destinados para a compra de maquinário, financiamento da produção, melhoria ou aquisição de infraestrutura, dentre outras linhas.

Outro programa que abrange a produção familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado no ano de 2003, e que segundo a SEAF/MDA, visa colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no país e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. São utilizados mecanismos de aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações (cooperativas e associações). Ainda segundo a secretaria, desde 2006, passou-se a destinar recursos orçamentários – do até então MDA – para operacionalização de suas modalidades do PAA, que hoje também recebe recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

No PAA parte dos alimentos é adquirida pelo Governo diretamente dos agricultores familiares, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, sendo destinados à doação para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios (MDA, 2012).

De maneira semelhante ao PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também atua na compra de alimentos da agricultura familiar, entretanto, para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. Instituiu-se pelo decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955 (Campanha de Merenda Escolar) a fim de incentivar os empreendimentos públicos ou particulares a proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar promovendo medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades e, no ano de 1979, passa a chamar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Com a nova constituição, em 1988, a alimentação escolar passa a ser direito constitucional, reafirmando o programa enquanto política pública. Em 1994, com a descentralização dos recursos, o programa passa a ser intermediado através de convênios com os estados e municípios e, em 1998, com a extinção da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), passa a ser gerenciado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Em 2009, é instituído pela Lei nº 11.947/2009, a compra de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, de alimentos provindos da agricultura familiar. A aquisição deve ser realizada, quando possível, no mesmo município onde se encontram as escolas, priorizando os

assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Além dos programas citados anteriormente, a SEAF/MDA possui outras ações e programas em apoio à agricultura familiar (Quadro 01), sendo eles: Programa de Agroindústria, que apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção; serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel. Além dos programas listados, a secretaria possui iniciativas alinhadas com o desenvolvimento sustentável, turismo rural, valorização cultura, entre outros (MDA, 2012).

**Quadro 1 - Políticas Públicas destinadas a Agricultura Familiar no ano de 2017**

<b>Políticas</b>	<b>Objetivos/Características</b>
<b>Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)</b>	Documento de identificação da agricultura familiar é condição para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do PRONAF e também pelo menos outras 15 políticas do Governo Federal.
<b>Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)</b>	Tem por objetivo melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.
<b>Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)</b>	O programa tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da mulher trabalhadora rural. Foi criado pelo Governo Federal para promover a inclusão social das mulheres do campo, através da emissão gratuita de documentação civil, trabalhista e previdenciária.
<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)</b>	O programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui baixas taxas de juros e serve para o custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.
<b>Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)</b>	Oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Os recursos, são usados na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural.

<b>Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF)</b>	Viabilizar a estruturação e/ou qualificação de serviços públicos locais ou estaduais para a produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária da agricultura familiar de municípios localizados em Territórios Rurais e Territórios da Cidadania
<b>Seguro da Agricultura Familiar – SEAF</b>	Destinado aos agricultores familiares que acessam o financiamento de custeio agrícola vinculado PRONAF. Foi criado pelo Governo Federal para que o agricultor possa desenvolver sua lavoura com segurança, o SEAF promove o uso de tecnologia adequada, cuidados com o manejo, recursos naturais e medidas preventivas contra adversidades agroclimáticas.
<b>Programa Terra Legal</b>	A intenção do Programa Terra Legal é regularizar as ocupações legítimas que se encontram irregulares, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais.
<b>Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</b>	O PNAE prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.
<b>Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF)</b>	O SIPAF é um selo de caráter voluntário e representa um sinal identificador de produtos, cujo objetivo é fortalecer a identidade social da agricultura familiar perante os consumidores, informar e divulgar a presença significativa da agricultura familiar nos produtos.
<b>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)</b>	O PAA é uma política de comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar, onde os alimentos produzidos são adquiridos diretamente do agricultor e destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial.
<b>Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCTRF)</b>	O programa viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. São beneficiários os pequenos posseiros e os proprietários dos imóveis rurais objetos da ação de cadastro e regularização fundiária.

Fonte: SEAD/MDA, 2017. Organização: do autor, 2018.

De modo geral, a intervenção do Estado por intermédio de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento econômico/social, seja ele a agricultura familiar ou a agroindústria, remonta as discussões trazidas pelo neoliberalismo no final do século XX onde o próprio Estado passa a servir de instrumento do capital para organizar/reorganizar o



território nacional de acordo com a divisão territorial do trabalho, estabelecendo e construindo no espaço instrumentos para o pleno desenvolvimento das atividades do grande capital.

Ao direcionar uma política de aquisição de alimentos – aqui em específico o PAA – para a agricultura familiar, num cenário econômico dominado pelo modelo agroexportador de *commodities* que é o caso brasileiro, o Estado deixa subentendido que o modo de produção familiar deve ocupar uma posição secundária, dadas as disparidades de investimentos entre a agricultura capitalista e a agricultura familiar, que serão melhor exemplificadas no próximo capítulo.

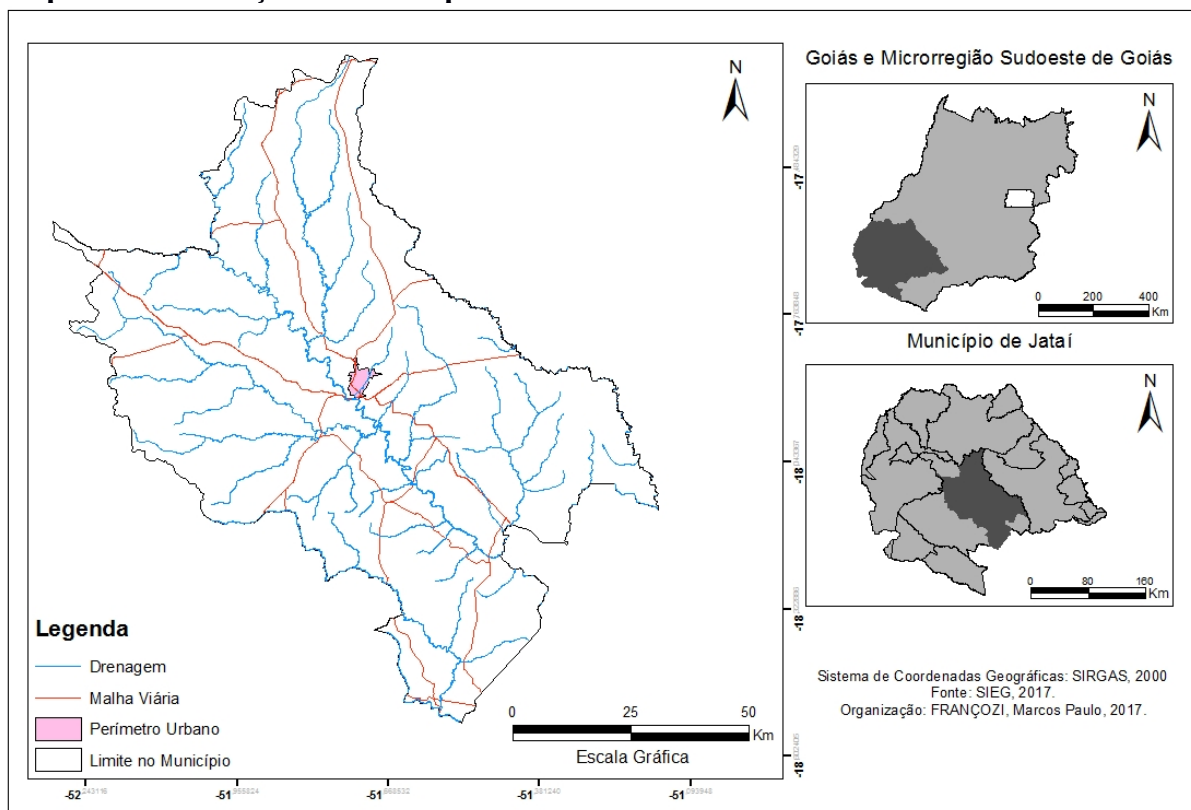
Assim, a análise proposta pelo enunciado da pesquisa pretende compreender tais disparidades em um cenário dominado pelo modelo nacional de produção, que se encontra no Sudoeste de Goiás, mais precisamente na Microrregião Sudoeste de Goiás, no município de Jataí/GO, que ano a ano supera sua produção de grãos e, ao mesmo tempo, é caracterizada pelos altos índices de concentração fundiária e de renda.

## CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### O município de Jataí

De acordo com o IBGE, Jataí situa-se no sudoeste do estado de Goiás, com Latitude Sul 17° 52' 53" e Longitude Oeste 51° 42' 52" de altitude aproximada entre 696 e 700m, localizada na Mesorregião Geográfica Sul de Goiás e Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás, de acordo com o Mapa 01. A superfície total de Jataí é de 7.197km<sup>2</sup>, correspondendo a 2,1% da área total do Estado de Goiás (IBGE, 2010).

**Mapa 1 - Localização do município de Jataí/GO - 2017**



FONTE: SIEG, 2017.

Para compreendermos a dinâmica que rege o município na atualidade, precisamos ir além de dados quantitativos e entender como se deu o processo de ocupação e transformação do seu espaço. O território goiano mantinha, durante o século XIX, certa subordinação econômica com o Sudeste brasileiro, por meio de agricultura de autoconsumo e pecuária tradicional (QUEIROZ, 2010), em que, produtos que necessitavam de certo grau de industrialização, chegavam a partir das comitivas que retornavam ao estado após a venda do gado bovino nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Após a instalação da estrada de ferro que interligava estes três estados, Goiás passou a escoar seu excedente agrícola, o que gerou transformações além da economia. Com a ferrovia, as mudanças também se deram em relação aos meios de comunicação e maquinário agrícola, integrando a área com a economia capitalista em expansão no país e também ensejou fluxo migratório, a partir da dinamização de alguns municípios goianos, como Catalão e Anápolis e possibilitando o surgimento de outros, como Anhanguera, Pires do Rio, Senador Canedo e Vianópolis (QUEIROZ, 2010).

Com o processo de modernização da agricultura, Goiás “[...] vê reforçado seu perfil agrícola, com a transformação das terras do cerrado, especialmente no Sudoeste de Goiás, em terras rentáveis para a agricultura” (QUEIROZ, 2010, p.59), principalmente após a construção de rodovias espalhadas pelo estado, que facilitou o escoamento dos grãos e intensificou o processo de modernização do campo.

Especificamente sobre a MRG Sudoeste de Goiás, Clemente (2015) demonstra que:

No caso da na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, havia até os anos 1960 o predomínio da pecuária extensiva e de uma agricultura para o autoconsumo. A partir dos anos 1960 e consolidando-se nos anos 1970 e 1980, houve a implantação de um modelo produtivo agrícola em grandes propriedades integradas às agroindústrias. Foi neste período que ocorreram as principais transformações no espaço agrário regional. Essas mudanças foram desencadeadas pela adoção do pacote da denominada revolução verde (aplicação de insumos modernos e da mecanização) [...] resultando no desenvolvimentismo, em que o crescimento econômico tornou-se o objetivo primordial a ser alcançado. Isso resultou na implantação de uma agricultura de caráter empresarial que utiliza insumos e técnicas bastante modernas e apresenta altíssimos índices de produtividade no Sudoeste de Goiás (CLEMENTE, 2015, p.03).

Cabe lembrar e ressaltar a interferência e esforço do Estado, já citados anteriormente, visando a desenvolver atividades agrícolas baseadas nas grandes lavouras monocultoras no Centro Oeste brasileiro. Neste sentido, Ribeiro (2003) também contribui afirmando que no processo de ocupação do território goiano:

Vários programas foram desenvolvidos com altas somas de recursos financeiros até que se estabelecessem as bases para o aproveitam então daqueles solos. A criação de órgãos de pesquisa e financiamento de compra de terras e de máquinas, bem como os investimentos em obras de infraestrutura, principalmente estradas, foram condições básicas para a implementação de uma nova forma de produzir nas áreas de cerrado (RIBEIRO, 2003, p.29).

Tendo em mente a formação socioespacial de Goiás e de sua porção Sudoeste, aqui brevemente explicitadas, o município de Jataí, segundo Ribeiro (2003), constituiu-se em dois momentos da organização econômica, com características próprias e completamente

diferentes, entretanto, aos mesmos moldes do estado e da microrregião. O primeiro momento perdurou até a década de 1970, com o predomínio dos grandes latifúndios pecuaristas. O segundo, iniciado na mesma década, concretizou-se no decênio seguinte com o aproveitamento das terras, já abertas e compostas por pastagem, para a formação das grandes lavouras de grãos, principalmente de soja.

Na medida em que a fronteira agrícola rumo à região Centro-Oeste foi sendo expandida, a dinâmica do plantio foi sendo modificada. A produção que até então tinha o objetivo de sanar as necessidades familiares e seu excedente como moeda de troca por produtos (semi)industrializados, deu lugar às extensas áreas para a monocultura de grãos, direcionadas pelo cultivo de soja, elevando sua área plantada de pouco mais de 1 milhão de hectares em 1970 para 12 milhões de hectares no final de 1980, na área de fronteira, considerando a área de cerrado incorporada (RIBEIRO, 2003).

Corroborando com este cenário, segundo o IBGE – Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2015) – o município (Tabela 01) de Jataí obteve um crescimento vertiginoso nas áreas plantadas de soja e milho, principais grãos destinados à exportação, passando de 78 mil hectares em 1990, 10,83% da área do município, para 285 mil hectares em 2015, 39,59% da área para o caso da soja e de 25 mil hectares em 1990, 3,47% da área do município, para 219 mil hectares em 2015, 30,42% da área total do município no caso do milho.

**Tabela 1 - Área plantada (ha) de milho e soja do município de Jataí/GO - 1990 até 2015**

Produto das lavouras temporárias	Área plantada (Hectares)						
	Ano	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Arroz		8.000	10.000	4.500	8.844	200	200
Feijão		1.588	1.500	1.886	1.000	5.800	7.200
Cana de Açúcar		800	880	60	95	18.000	25.195 <sup>3</sup>
Milho		25.000	45.000	100.529	89.978	120.000	219.000
Soja		78.000	115.000	157.300	237.019	210.000	285.000

FONTE: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2015), CANASAT (2015).

Outro dado relevante é o do aumento da área plantada de cana de açúcar, principalmente no ano de 2010, saltando de 95 para 18.000 hectares. Segundo Silva e Peixinho (2012), após as mudanças nos preços do petróleo a partir da década de 1970, foram criadas políticas públicas como o PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool),

<sup>3</sup>Dados obtidos da área de cana-de-açúcar no estado de Goiás da safra de 2013/14 por não encontrar dados mais recentes.

impulsionando a produção de etanol e, por conseguinte, configurando o aumento da área plantada de cana de açúcar.

Ainda de acordo com os autores, com a crise energética e o advento de novas tecnologias e energias renováveis no início do século XXI,

[...] o etanol se apresenta como fonte potencialmente capaz de ser incorporada à matriz energética mundial, por suas características de combustível renovável e pela possibilidade de sua produção a partir de diferentes matérias-primas. O setor sucroenergético brasileiro, [...] foi impulsionado a um novo ciclo de expansão. Novas áreas foram ocupadas para o cultivo de cana-de-açúcar e a produção de etanol, por ser visto como uma fonte com potencial suficiente para se tornar uma alternativa na matriz energética mundial (SILVA e PEIXINHO, 2012, p.102).

Nesse período, podemos somar ainda a instalação do setor industrial sucroenergético na microrregião. Ainda segundo Silva e Peixinho (2012), essa expansão;

[...] é resultado da combinação entre as condições de mercado dos derivados de cana-de-açúcar e das ações estatais sobre esse setor produtivo, através da aplicação de políticas públicas voltadas: ao financiamento, à isenção fiscal e à delimitação de áreas consideradas prioritárias para serem ocupadas pelo setor (SILVA e PEIXINHO, 2012, p.103).

Ao verificarmos a Tabela 01, também podemos constatar a diminuição da produção de arroz e o aumento da produção do feijão, dois dos principais componentes da alimentação do brasileiro. O arroz seguiu em queda de acordo com apropriação do campo e o avanço do cultivo de produtos com melhor valor para a exportação (QUEIROZ, 2010). Já o feijão que se manteve constante até meados dos anos 2000, sofreu aumento da área produzida, reflexo pela apropriação capitalista do grão, já que com o desenvolvimento tecnológico principalmente de insumos e adubos, fez com que os solos do Cerrado se adequassem a leguminosa.

As políticas aplicadas pelo Estado, especialmente as de crédito e financiamento à produção agrícola, privilegiaram os produtos destinados à exportação e as grandes propriedades onde poderiam ser aplicadas as inovações tecnológicas, justamente pela valorização das *commodities* em detrimento de outras culturas agrícolas praticadas em pequenas propriedades.

Os reflexos sociais causados podem ser observados, a partir da expansão da agricultura moderna, altamente intensiva em capital e tecnologia, impossibilitando a reprodução social de muitos pequenos produtores rurais que foram impelidos a deslocarem para as cidades, promovendo desajustes que refletem no espaço urbano. Como podemos ver na Tabela 02, a população rural do município, que em 1950 representava 88,66% da população total, seguindo

em queda nos anos de 1960 (49,89%) e 1970 (34,35%), e em 2010, com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, passou a representar somente 7,94%.

**Tabela 2 - População residente do município de Jataí/GO - 1950 até 2010**

Situação do domicílio	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	3.363	14.021	27.155	42.840	55.593	68.821	81.010
Rural	26.309	13.964	14.209	10.554	10.364	6.630	6.996
Total	29.672	27.985	41.364	53.394	65.957	75.451	88.006

FONTE: IBGE (2010).

Segundo Santos e Silveira (2008) ao analisar a distribuição da população e da economia no Brasil, apontam que a região Centro-Oeste, por ter um padrão produtivo pautado na agricultura extremamente mecanizada, advinda do acréscimo de novas tecnologias e sistemas de informação, é fortemente urbanizada (SANTOS; SILVEIRA, 2008). De acordo com os autores, essa dinâmica se dá no sentido em que, com a divisão social do trabalho, juntamente da evolução técnico-científico-informacional, o campo passa a não exigir tanta mão de obra e, por consequência disso, a urbanização aumenta.

Ao analisar a estrutura fundiária do município, de acordo com o Censo (Tabela 03), se evidencia que 55,3% (877) dos estabelecimentos rurais com até 200 hectares ocupam somente 9,7% (55.976 ha) do total das terras do município, enquanto que os estabelecimentos acima de 500 hectares perfazem 21,6% (344) do total e ocupam 70,0% (402.368 ha) da área das terras do município. Isso demonstra que a agricultura considerada familiar, apesar de resistir, ocupa um espaço em área bastante reduzido, cercada por grandes propriedades.

**Tabela 3 - Estrutura fundiária do município de Jataí/GO - 2006**

Hectares	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha)	%
<b>0 a menos de 10</b>	72	4,54	397	0,07
<b>10 a 50</b>	414	26,12	12.232	2,13
<b>50 a 200</b>	391	24,67	43.349	7,54
<b>200 a 500</b>	356	22,46	116.757	20,30
<b>500 a 1.000</b>	214	13,50	156.400	27,20
<b>1.000 e mais</b>	128	8,08	245.968	42,77
<b>Produtor sem área</b>	10	0,63	0	0
<b>Total</b>	1585	100	575.103	100

FONTE: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Compreendendo a formação do espaço agrário do município de Jataí, podemos afirmar que as ações provenientes do Estado estão diretamente ligadas tanto ao processo de distribuição das terras, quanto ao de renda, influenciando na apropriação capitalista do campo (RIBEIRO, 2003; QUEIROZ, 2010), que hoje é retratada pelas extensas áreas monocultoras de grãos.

Por outro lado, a agricultura familiar resiste entre meio a este modelo produtivo de acordo com as oportunidades lhes são ofertadas, como as políticas públicas aqui relatadas e unindo-se em formas coletivas de produção, formando associações e cooperativas, importante estratégia de agregação de valor na comercialização de produtos ou na aquisição de insumos, maquinário e até mesmo de colaboração mútua através do trabalho, como no caso do mutirão.

Especificamente em Jataí, a agricultura caracterizada como familiar resume-se aos assentamentos de reforma agrária, frutos da luta pela terra no decorrer da apropriação capitalista do campo no município, tendo em vista que que, de acordo como INCRA (2017), no município existem 424 estabelecimentos que se encontram em assentamentos, totalizando 48,34% do número total de estabelecimentos de até 200 hectares.

**Tabela 4 - Número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar no município de Jataí/GO**

<b>Classificação</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>	<b>Área (há)</b>
Até 200ha (IBGE, 2006)	877	55.978
Reforma Agrária (INCRA, 2017)	424	13.261

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006); INCRA, 2017.

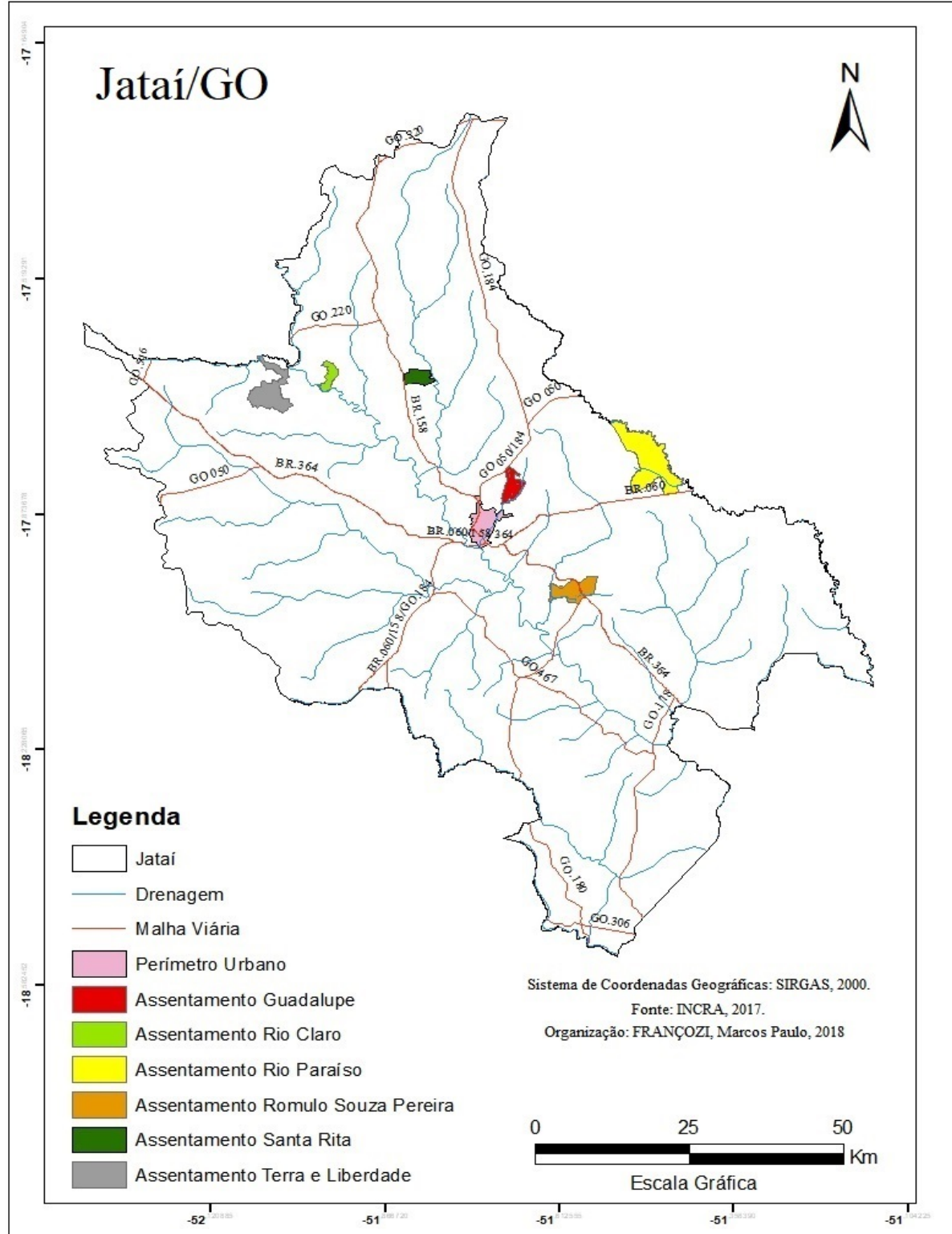
No entanto, no que se refere a área os assentamentos ocupam 13.261 hectares, o que em média representa 32 hectares por estabelecimento, 8 a menos do que um módulo fiscal, que é de 40 hectares para o município de Jataí/GO. Ao comparados com os dados do IBGE (2006), a área dos assentamentos representa 23,68% do número total de estabelecimentos de até 200 hectares.

É importante lembrar que, além do tamanho da área, o que também caracteriza a agricultura familiar é o emprego da mão de obra da família no estabelecimento. Para tanto, optou-se por adotar como área da pesquisa um dos assentamentos de reforma agrária do município, justamente por possuir tais características aqui já explicitadas e devido ao impacto social que a distribuição de terras, mesmo que de uma pequena área, pode causar na distribuição de renda e na produção de alimentos.

No município de Jataí, de acordo com o INCRA, existem seis assentamentos (mapa 02) sendo eles: Assentamento Rio Paraíso com 176 famílias; Assentamento Santa Rita, com

26 famílias; Assentamento Rio Claro, com 17 famílias; Assentamento Nossa Senhora de Guadalupe, com 61 famílias; Assentamento Rômulo Souza Pereira, com 62 famílias; e o Assentamento Terra e Liberdade, com 85 famílias.

**Mapa 2 - Localização dos assentamentos de reforma agrária no município de Jataí/GO**



Fonte: INCRA, 2017. Organização: do autor, 2018.



O assentamento escolhido para a análise foi o Rio Paraíso pois, além de ser o mais antigo do município (28 anos), de acordo com INCRA é o único que se encontra em situação consolidada, fase sete, a última etapa aonde os agricultores são emancipados e proprietários em definitivo das terras. Por ter sido criado antes mesmo da existência de políticas como o PAA e até mesmo o PRONAF, o assentamento pode servir de base para a análise de como uma política pública pode ou não modificar a realidade da agricultura familiar, seja na geração de renda ou na produção variada de alimentos.

### **O assentamento de reforma agrária Rio Paraíso**

A implantação de assentamentos de reforma agrária, sem dúvidas, representou um marco na história política brasileira. Com a instauração do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) em 1985, o governo da Nova República instigou nos trabalhadores rurais a esperança de terem acesso à terra. O assentamento então, representa a luta pela terra daqueles que não a tem e acreditam, um dia, ocupar um pedaço de chão, garantindo assim o seu trabalho e condições básicas de se reproduzir socialmente.

O Assentamento Rio Paraíso, área escolhida para representar a agricultura familiar na pesquisa, foi criado em 27 de dezembro de 1989, resultado da luta de trabalhadores rurais sem terra pela desapropriação de 11.910 hectares improdutivos (KATZER, 2005). Contudo, apesar da quantidade de terras solicitadas pelos trabalhadores, acabou sendo constituído com uma área reformada de aproximadamente 5.500 hectares, devido à resistência dos latifundiários em manter a posse das terras. Conforme o INCRA sua capacidade é para 176 unidades familiares, sendo efetivamente assentadas 173 famílias em lotes de 31 hectares em média, cada um.

De acordo com Machado (2009), referente ao processo de implantação do assentamento,

Um grupo de trabalhadores rurais, arrendatários, assalariados, formado por 318 famílias, liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, ocupou os 11.910 hectares improdutivos no dia 19 de novembro de 1985, coordenando assim o assentamento de Rio Paraíso. A desapropriação da área foi fixada pelo Decreto nº 92.812 de 25 de junho de 1986, declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária (MACHADO, 2009, p. 51).

No entanto, a conquista do título de proprietário da terra não significa que a luta tenha cessado. No contexto da economia capitalista, a terra, por si só, não é suficiente para garantir ao assentado e a sua família a reprodução material e social. Os sem-terra, em geral, como assevera Fabrini (2001), quando recebem seu lote de terra, encontram-se desprovidos de recursos econômicos e de equipamentos que lhes permitam trabalhar na terra. Diante disso, o

programa de reforma agrária do governo federal previa a disponibilização de crédito para que os trabalhadores pudessem iniciar suas atividades, bem como se manter na terra.

No caso do Assentamento Rio Paraíso, embora o acesso ao crédito por meio do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA)<sup>4</sup>, que possuía um caráter mais especificamente voltado para o setor produtivo do lote, de acordo com Katzer (2005), nem todos os assentados conseguiram manter-se no lote e desenvolver suas atividades principalmente pela dificuldade em administrar o crédito e em razão de terem procurado adquirir outros bens.

Contudo, o PROCERA foi importante, principalmente para que se desenvolvesse a pecuária no assentamento, principal atividade realizada pelos agricultores, pois

[...] a maioria dos assentados passou a ter na produção de leite *in natura*, no gado de corte e na produção de derivados do leite uma importante fonte de renda. O leite *in natura* era comercializado diretamente com as indústrias particulares da região. Já os seus derivados eram vendidos na feira, em estabelecimentos comerciais da cidade (lanchonetes, pamonharias, etc.), ou mesmo para parentes e amigos (KATZER, 2005, p.91-92).

A produção leiteira bem como a necessidade de sua granelização implicaram na organização dos assentados, resultando na criação de uma cooperativa de agricultores. A partir da instituição da cooperativa (Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce – COPARPA) a comercialização do leite *in natura* sofreu algumas mudanças. Com a construção de um resfriador (KATZER, 2005), a cooperativa passou a atuar como intermediária na compra e venda do leite produzido no assentamento.

Concomitantemente ao desenvolvimento da pecuária no Assentamento Rio Paraíso, Katzer (2005) aponta o crescimento da produção de grãos de soja, que foi, aos poucos, se instituindo. Tal fenômeno, de acordo com a autora, ocorreu devido a venda massiva dos lotes e na mudança da origem dos proprietários.

Apesar do título de domínio emitido pelo INCRA ser inegociável, num prazo mínimo de pelo menos 10 anos, nem sempre a lei é cumprida, e os lotes foram sendo negociados por meio de procurações (KATZER, 2005). Com a chegada de novos agricultores provindos da região Sul do país<sup>5</sup>, somadas as novas técnicas de plantio e cultivo de culturas temporárias (soja e milho), como técnicas de correção do solo, máquinas e implementos agrícolas, o assentamento foi tendo sua estrutura produtiva reorganizada.

---

4 Este crédito foi criado pelo governo federal em 1986, de acordo com as diretrizes do PNRA, e extinto em 1999.

5 De acordo com Katzer (2005), no ano de 2004, 70% (59) dos proprietários que compraram parcelas no assentamento Rio Paraíso eram originários da região Sul do país, onde 62% (37) afirmaram cultivar soja a pelo menos 10 anos.

Além disso, de acordo com Katzer (2005), o arrendamento tem sido uma prática recorrente no assentamento. Segundo a autora, a falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso ao crédito foram os principais motivos que levaram aos assentados a arrendar suas terras. No entanto, o que foi constatado é que em grande maioria, apenas uma parte do lote é destinada para o arrendo, restando uma pequena parcela para o cultivo para a subsistência do agricultor.

Atualmente, segundo Sieb (2015), o assentamento apresenta como principais atividades produtivas para fins comerciais a produção de soja, milho e leite. A soja e o milho são as principais atividades realizadas pelas unidades familiares. Já a atividade leiteira ocupa um menor grau como atividade principal. Além destas atividades, a criação de gado de corte e de alimentos para o autoconsumo está presente na maioria das unidades (SIEB, 2015).

Em relação comercialização dos produtos agrícolas, de acordo com os estudos realizados por Sieb (2015), as famílias vendem a maior parte da produção de forma *in natura*, ou, em segundo plano, processados por meio de cooperativa para atender a demanda de mercados institucionais, sendo eles o PAA e o PNAE. Essa comercialização basicamente é feita por meio da COPARPA, que teve sua estrutura remodelada de acordo com as necessidades de seus cooperados.

Deste modo, a COPARPA tem papel fundamental e vem protagonizando, por meio de sua atuação como entidade de comercialização dos produtos provenientes das unidades familiares do assentamento. Esse papel tem sido ressaltado desde o advento das novas políticas públicas destinadas a agricultura familiar, que serão melhor retratadas a seguir.

### **A Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce (COPARPA)**

A Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce (COPARPA) foi fundada em maio de 1996 e tem sua sede no Assentamento Rio Paraíso, município de Jataí. Segundo estudo realizado por Clemente (2015), sua fundação está vinculada diretamente às lutas das famílias do referido Assentamento Rural (criado no ano de 1985) e teve como objetivo inicialmente organizar e granelizar a produção de leite dos assentados para a entrega aos laticínios (CLEMENTE, 2015).

Possui como foco a atuação junto à agricultura familiar, sendo uma cooperativa que é detentora da Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica (DAP Jurídica), que lhe permite acesso às políticas públicas, aos mercados institucionais e outros programas de incentivo do Governo. A partir dos anos 2000, com o advento de políticas públicas destinadas ao segmento

da agricultura familiar, passou a atuar também na mediação entre estes e políticas como PPA, PNAE e o PNPB.

**Foto 1 - Escritório da COPARPA no município de Jataí/GO**



Fonte: do autor, 2017.

Atualmente, conta com aproximadamente 1.500 cooperados entre assentamentos e agricultores tradicionais, não somente em Jataí, como em outros municípios da região e do Estado do Mato grosso inclusive (CLEMENTE, 2015), atuando nos segmentos da produção de leite, biodiesel e frango de granja e visa a inserção do produtor em políticas públicas.

Segundo o Relatório da COPARPA para o ano de 2014, foram comercializados pela Cooperativa junto ao PNAE os seguintes produtos: leite, manteiga, frango caipira, bebida láctea, mussarela, óleo de soja e proteína de soja. Já em relação ao PAA, foram os seguintes produtos: manteiga, frango caipira, bebida láctea, fubá, farinha e canjica de milho.

No caso da produção de leite, a cooperativa possui em torno de 300 cooperados que entregam leite e movimenta em torno de 900 mil litros de leite por mês. Ela disponibiliza os tanques de resfriamento e armazenamento para o leite aos pequenos produtores. Segundo Clemente (2015) “no caso do frango de granja, a cooperativa atua junto à agricultura familiar por intermédio do PAA e PNAE. Esse tipo de produto, a cooperativa apenas adquire para realizar a comercialização, sendo um intermediário entre os produtores e o mercado” (CLEMENTE, 2015, p.10).

É importante ressaltar que a produção de grãos para atender Programa de Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB) tem se transformado no carro chefe da cooperativa. Com o aumento da produção de grãos pelos agricultores do assentamento já explicitados no

tópico anterior, a cooperativa teve seu perfil reestruturado para atender a demanda de seus cooperados. Também é necessário levar em consideração que o perfil dos produtores do assentamento Rio Paraíso não é mais o mesmo, desde a sua instauração enquanto assentamento de reforma agrária em 1989.

Apesar de continuar a produção leiteira, a fácil mecanização dos solos do Cerrado e a venda dos lotes, bem como a acumulação de dois ou mais lotes, seja pela compra ou pelo arrendo (KATZER, 2005) pelos agricultores, transformou o assentamento naquilo que Oliveira (1996) classifica como a transformação do pequeno agricultor familiar em pequeno agricultor capitalista, que já não tem relações com o trabalho familiar.

Deste modo, no capítulo seguinte serão discutidos os dados do Programa de Aquisição de Alimentos do município de Jataí/GO, no âmbito do assentamento de reforma agrária Rio Paraíso, na tentativa de verificar a qual importância do programa na geração de renda, produção de alimentos e garantia da segurança alimentar dos assentados.

### CAPÍTULO III – ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAL NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA RIO PARAÍSO – JATAÍ/GO

#### O Programa de Aquisição de Alimentos Municipal em Jataí/GO

Como já abordado no capítulo I do presente trabalho, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado no ano de 2003, tendo como um de seus principais objetivos o enfrentamento da fome e da pobreza no país e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

No PAA parte dos alimentos é adquirida pelo Governo diretamente dos agricultores familiares, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, sendo destinados à doação para entidades da rede socioassistencial, como: bancos de alimentos, hospitais, escolas, lar de idosos, dentre outras.

Contudo, no município de Jataí o PAA de acordo com França e Clemente (2017) é resultado da luta dos agricultores familiares, principalmente dos assentados de reforma agrária, pela implantação do programa no ano de 2008. A inexistência da política no âmbito municipal mobilizou os agricultores na tentativa de pressionar as autoridades locais no referido ano, logrando êxito na sua adesão através da modalidade de compra com doação simultânea<sup>6</sup>.

O Programa permite que produtores cadastrados entreguem uma variedade de alimentos *in natura*, semi-processados ou processados (Quadro 2).

#### Quadro 2 - Produtos entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal – Jataí/GO

<b>Grupo de Produtos<sup>7</sup></b>	<b>Produtos</b>
<b>Açúcares e Doces</b>	Mel de Abelha; Doce de Leite; Doce de Figo; Pé de Moleque;
<b>Aves e Ovos</b>	Ovo de Galinha; Carne de Frango;
<b>Cereais e Leguminosas</b>	Milho Verde; Feijão; Soja;
<b>Condimentos, Ervas e Temperos</b>	Cheiro Verde; Pimenta;
<b>Farinhas, Féculas e Massas</b>	Farinha de Mandioca; Farinha de Milho; Polvilho;

6 Nessa modalidade, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino. No caso de Jataí, os alimentos são adquiridos e distribuídos por intermédio da Secretaria Municipal de Promoção Social (SMPS).

7 Classificação de acordo com o sistema de informações da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAF/MDA).

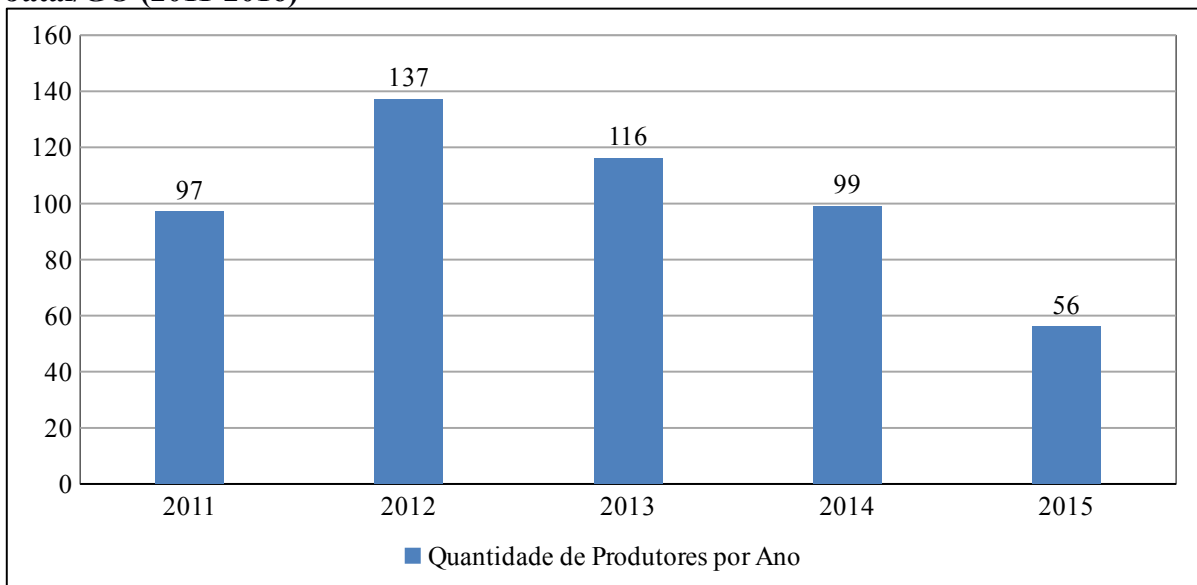
<b>Frutas</b>	Maracujá; Melancia; Mamão; Banana; Manga; Tangerina; Laranja; Acerola; Caju; Abacaxi;
<b>Hortaliças</b>	Abóbora; Abobrinha; Acelga; Agrião; Alface; Almeirão; Batata Doce; Berinjela; Beterraba; Brócolis; Cebola; Cenoura; Chuchu; Couve; Couve Flor; Espinafre; Jiló; Mandioca; Maxixe; Palmito; Pepino; Pimentão; Quiabo; Rabanete; Repolho; Rúcula; Tomate; Vagem;
<b>Leite e Derivados</b>	Leite De Vaca; Queijos;
<b>Panificados</b>	Bolos; Roscas; Biscoitos; Bolachas; Broas; Pães;

Fonte: SEAD/MDA, 2017. Organização: do autor, 2018.

Apesar de o programa ter sido estabelecido no ano de 2008, foi adotado, neste trabalho, o recorte temporal entre 2011 e 2015, devido a indisponibilidade de informações que se referem aos demais anos pelo banco de dados oficial do Ministério do Desenvolvimento Social (PAA DATA), que é responsável por apresentar ao público informações sobre o PAA, considerando todos os executores do programa.

No período analisado, a partir da sistematização dos dados, é possível perceber o decréscimo do número total de produtores que fazem parte do programa no município (gráfico 01). Com exceção dos anos de 2011 e 2012 onde houve o aumento do número de produtores, a partir deste último, a quantidade de produtores passou de 137 no ano de 2012 para 56 em 2015.

**Gráfico 1 - Número de produtores do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2016)**



Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

A diminuição do número de produtores vinculados ao Programa, no município, demonstra os desafios enfrentados por gestores locais de políticas públicas no sentido de agregar participantes e manter a participação deste por períodos mais longos, de forma a consolidar os programas e fazer com que seus objetivos sejam alcançados. No caso em questão, um indício de limitação à funcionalidade do PAA é o valor máximo de comercialização por produtor no decorrer de cada ano<sup>8</sup>. Ao compararmos os dados (gráficos 01 e 02) pode-se estabelecer que apesar de os recursos totais permanecerem em alta entre 2011 e 2014, o valor médio efetivamente recebido por cada agricultor mantém-se abaixo do teto estipulado pelo programa, como pode ser percebido na tabela 05.

A possibilidade de acesso a outras políticas públicas, com limites de comercialização maiores, e a outros mercados se colocam como fatores que podem estimular o produtor a priorizar tais mercados e acessar o PAA como forma complementar de renda.

**Tabela 5 - Valor médio em Reais (R\$) por agricultor do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2015)**

Ano	Recursos (R\$)	Nº de produtores	Valor médio
2011	R\$ 318.403,18	97	R\$3.282,51
2012	R\$ 376.614,24	137	R\$2.749,01
2013	R\$ 413.351,00	116	R\$3.563,37
2014	R\$ 543.889,00	99	R\$5.493,83
2015	R\$ 221.017,00	56	R\$3.946,73

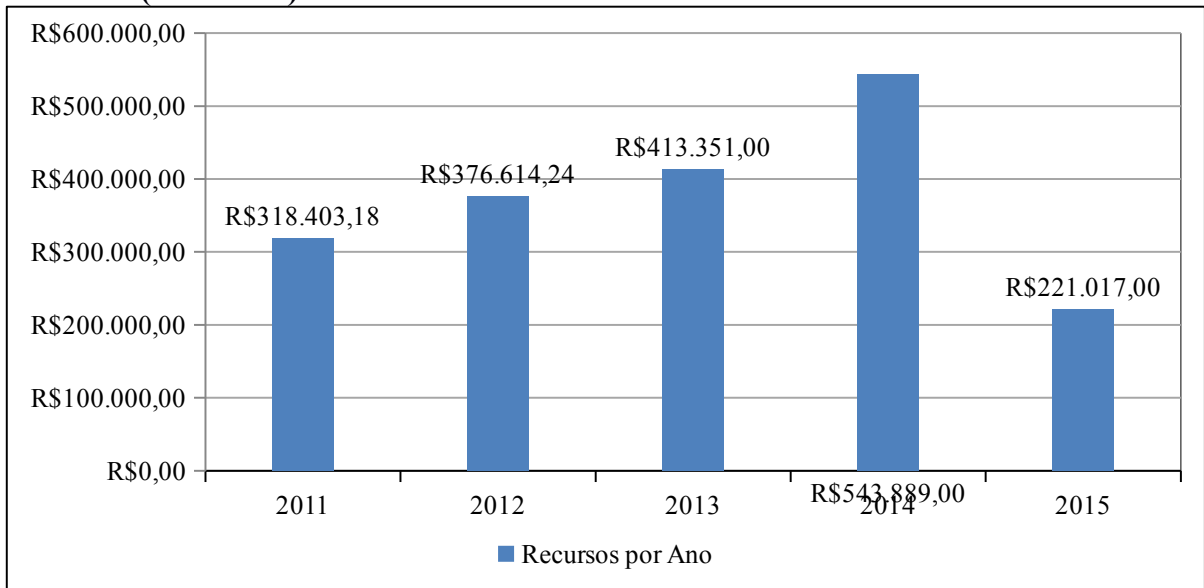
Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

Os anos de 2014 e 2015 demonstram faces diferentes e contraditórias do programa. Enquanto os dados de 2014 demonstram um salto qualitativo tanto no aumento quanto na distribuição mais igualitária dos recursos, os dados de 2015 apresentam a continuidade do quadro percebido entre 2011 e 2013 no que se refere a distribuição, bem como na queda abrupta da destinação de recursos para o programa, afetando diretamente o número de agricultores beneficiados pelo mesmo.

<sup>8</sup> De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2018), o teto estipulado para cada agricultor nos anos de 2011, 2012 e 2013 era de R\$ 4.500,00. Já nos anos 2014 e 2015 o teto passou para R\$ 5.500,00 e R\$ 6.500,00 respectivamente.



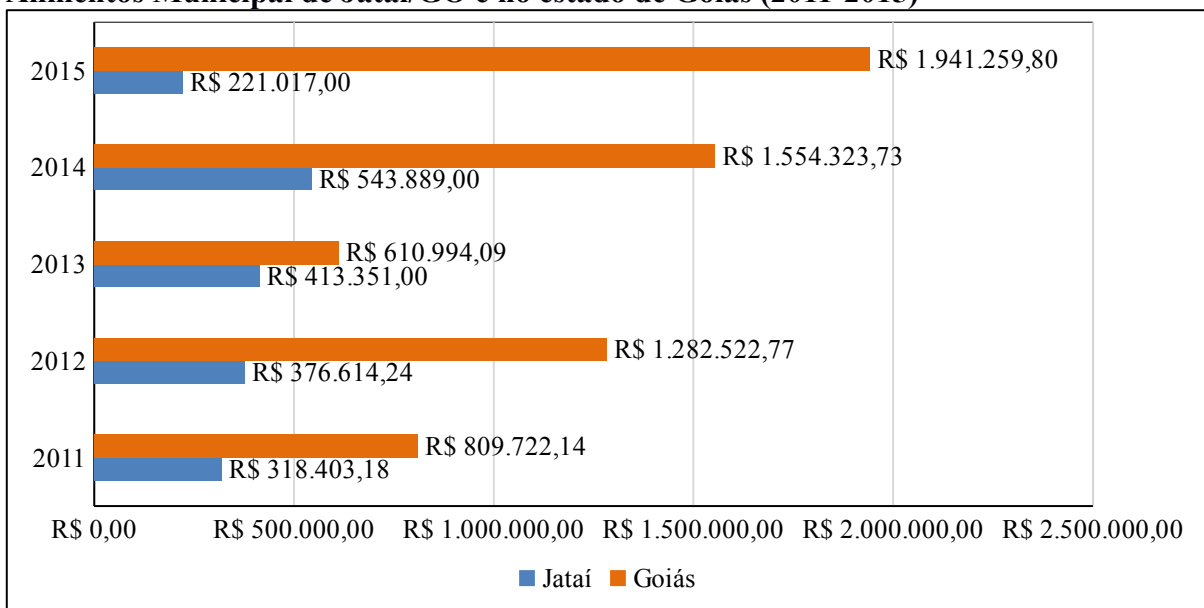
**Gráfico 2 - Recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2015)**



Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

Ao compararmos os dados dos recursos destinados ao município, com os destinados a todo o estado de Goiás (gráfico 03), nota-se que há um crescente no valor total no decorrer dos anos analisados (com exceção do ano de 2013), podendo sinalizar uma melhor distribuição dos recursos, assim como o maior alcance do número total dos produtores com acesso ao programa.

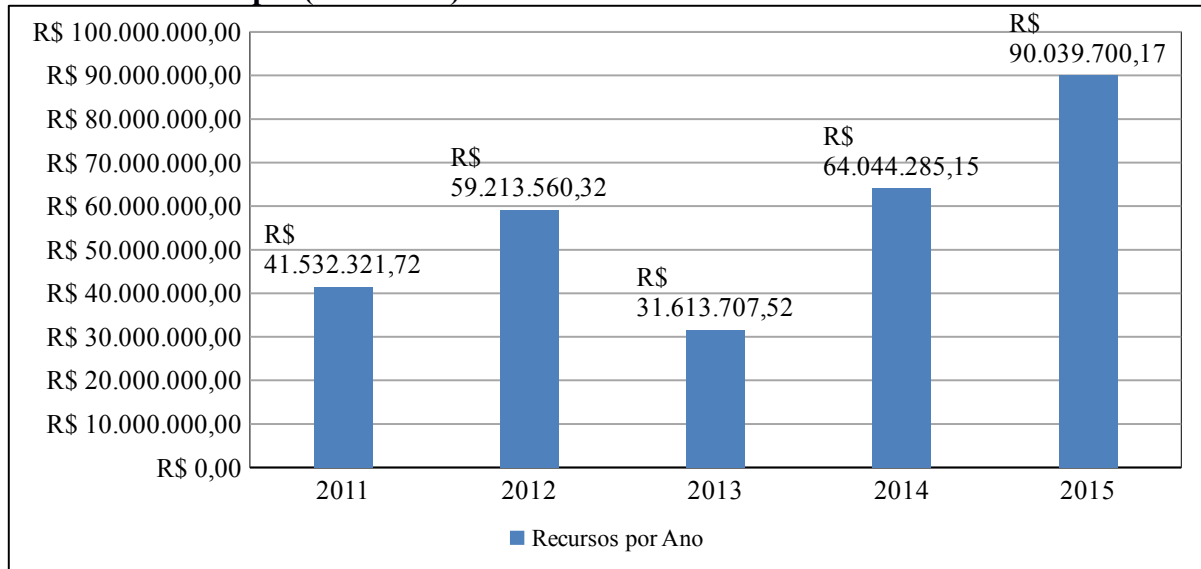
**Gráfico 3 - Comparação entre recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO e no estado de Goiás (2011-2015)**



Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

Apesar de Jataí manter-se em alta no que diz respeito ao acesso dos recursos do PAA em 2013, não representa o cenário nacional do programa no ano. A diminuição do valor destinado a Goiás é decorrente da também diminuição dos recursos advindos do Governo Federal para o ano, que pode ser observado no gráfico 04.

**Gráfico 4 - Recursos destinados pelo Governo Federal ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal (2011-2015)**



Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

A queda está ligada principalmente a diminuição dos repasses do Governo Federal não somente ao PAA, mas também aos demais programas e setores específicos, como a saúde e a educação. A incorporação de uma nova matriz econômica<sup>9</sup> deu origem a um déficit orçamentário para o ano de 2013, o que por consequência, acarretou na diminuição de recursos em âmbito nacional, afetando diretamente tais programas (BARBOSA FILHO, 2017).

É importante lembrar que a destinação dos recursos para o programa é resultado da demanda dos agricultores em paralelo as discussões entre a esfera pública e política, que representa, ou ao menos deveria representar, os interesses da agricultura familiar no Brasil. Deste modo, de acordo com Flexor e Leite (2007), essas esferas devem ter a capacidade de congregar os atores diretamente envolvidos num determinado tema, que no caso se refere à

<sup>9</sup> De acordo com Barbosa Filho (2017) a partir de 2011/2012, o Brasil incorporou a chamada “Nova Matriz Econômica”, que foi caracterizada por políticas de intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços. Segundo o autor, tais medidas acabaram por ocasionar um déficit orçamentário nas contas do Governo Federal e consecutivamente um agravamento na “crise” financeira de origem global, no ano de 2008.

agricultura familiar, mesclando representantes de organizações governamentais e da sociedade civil.

No entanto, o que foi observado por França e Clemente (2017) em estudos relacionados ao papel do poder público de Jataí, é que o mesmo se limita a responder à algumas exigências advindas de pressões e demandas dos agricultores familiares locais e, como contrapartida, também de algumas políticas implementadas na escala federal do Governo.

Infere-se que isso tenha como causa a falta de interesse, ou de condições e recursos do poder público local, em criar programas de incentivo e até mesmo de buscar alternativas de melhorar a qualidade da produção da agricultura familiar municipal, por assistência técnica, que é praticamente inexistente, ou na criação de projetos relacionados destacando ainda que essa é a realidade da esmagadora maioria dos municípios brasileiros (FRANÇOZI; CLEMENTE, 2017).

O fato de ser uma iniciativa que depende especificamente de uma atuação do poder público municipal põe em xeque a potencialidade do programa como um todo, pois, o que pode ser apreendido é que a falta de governança pública limita não só a distribuição da renda, mas também a produção de alimentos nas demais escalas e uma certa ordenação na produção, pois, aqueles os quais que não possuem acesso a essas políticas, estão sujeitos a uma esfera diferente de comercialização de seus produtos, que é marcada pela especulação e pela sujeição ao mercado.

Assim, apesar de o PAA significar um avanço para a agricultura familiar no Brasil, o programa não apresenta condições para interferir de forma significativa na distribuição de renda no campo no município de Jataí. Destarte, a partir da realidade do programa no âmbito municipal, pretende-se a seguir compreender como o PAA pode interferir e/ou modificar a realidade local do agricultor familiar, que aqui será representado pelo assentamento Rio Paraíso, na tentativa de melhor elucidar os impactos do programa ou da falta dele para o agricultor familiar.

### **O Programa de Aquisição de Alimentos Municipal no Assentamento Rio Paraíso**

Para a análise do programa no que se refere ao assentamento, é necessário que se tome em conta o seu histórico abordado no capítulo II, bem como a realidade municipal e regional e as transformações que as políticas públicas e os modos de intervenção estatal sofreram ao longo do tempo.

Desde o seu estabelecimento enquanto assentamento em 1989, o assentamento Rio Paraíso constituiu-se em duas realidades produtivas: a do leite e a da soja. A atividade leiteira, de acordo com Katzer (2005), prevaleceu sobre a produção de grãos até o final dos anos 1990, quando se percebe uma inversão da produção e o plantio da soja passa a ser protagonista entre as atividades desenvolvidas pelos assentados.

Katzer (2005) associa essa inversão ao movimento de migração de pessoas vindas do Sul do país em busca de terras baratas para o plantio de soja, bem como a transferência em definitivo dos títulos das terras aos assentados, que facilitou a venda das propriedades e a reorganização produtiva decorrente as novas atividades, onde a COPARPA teve papel fundamental na organização dos agricultores.

Tendo isso em vista, é possível perceber que os agricultores familiares da Rio Paraíso apresentam certa organização na busca de recursos devido ao tempo em que estão firmados na terra e principalmente pelo poder que a cooperativa tem de buscar recursos, por meio de políticas institucionais que exigem a organização dos agricultores, como por exemplo o PNAE e o PAA leite.

No entanto, a aquisição de alimentos pela modalidade de compra direta com doação simultânea do PAA municipal não depende de uma organização coletiva, mas sim da busca do agricultor pelo programa junto ao órgão responsável pela distribuição do recurso, que no caso de Jataí é representado pela Secretaria Municipal de Promoção Social (SMPS).

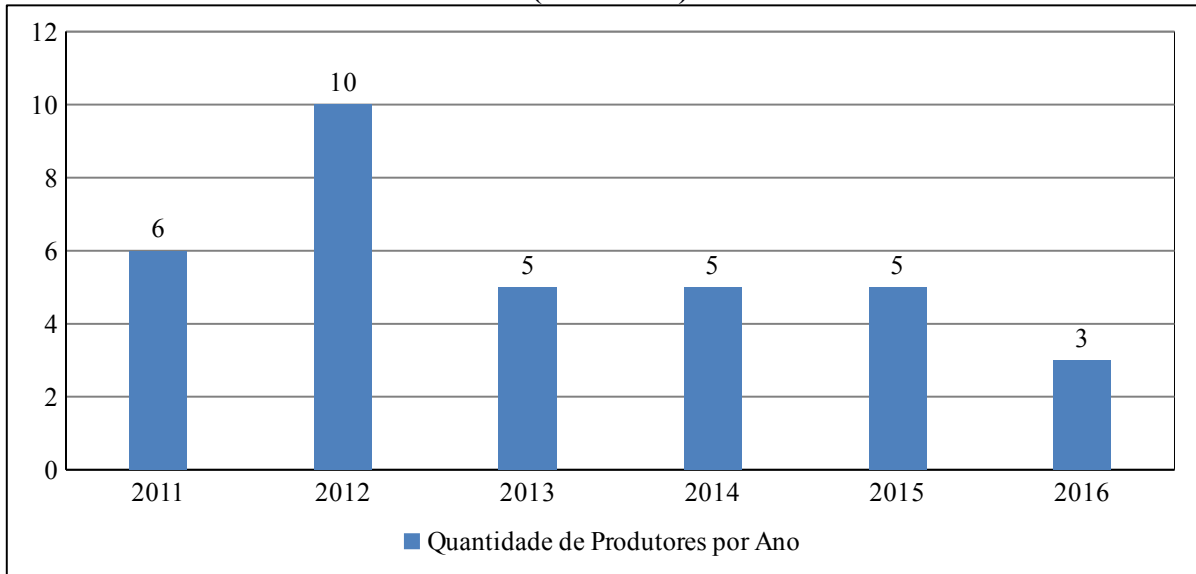
Para a participação do PAA municipal, o agricultor deve possuir a DAP e estar cadastrado na SMPS como possível fornecedor de alimentos que são pré-determinados pelas entidades beneficiadas e solicitadas via MDS. Uma vez cadastrados, os agricultores são chamados a participar do programa, dando preferência a agricultores que já entregavam ao PAA em anos anteriores e de acordo com a necessidade de alimentos.

Quanto ao preço dos alimentos, os mesmos são adequados de acordo com o valor destinado ao programa pelo Governo Federal. Assim, são calculadas as quantidades de determinados produtos que serão entregues durante o ano, bem como seus preços, que geralmente mantem-se acima dos preços médios de mercado, como pode ser visto no anexo 01 deste trabalho.

A operacionalização do programa deixa nítida a setorização que é imposta aos agricultores que buscam o recurso, pois, ao mesmo tempo em que um produtor pode entregar uma seleta variedade de alimentos no decorrer do ano, outros se dedicam única e exclusivamente a uma determinada cultura que são entregues de acordo com a época da safra, como o tomate, o feijão e o milho verde.

Em específico ao assentamento Rio Paraíso, de acordo com os dados levantados<sup>10</sup>, o número de participantes do programa acompanha a realidade municipal, tendo um aumento entre os anos de 2011 e 2012 de 6 para 10 produtores respectivamente, caindo para 5 em 2013 e mantendo o número até 2015, caindo novamente em 2016, para 3 produtores (gráfico 05).

**Gráfico 5 - Número de produtores do Programa de Aquisição de Alimentos Municipal no Assentamento Rio Paraíso – Jataí/GO (2011-2016)**



Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

A diminuição dos produtores do assentamento no programa mantém o que fora argumentado anteriormente quanto a média entregue por cada agricultor como pode ser visto na tabela 06. No entanto, para o ano de 2016 não se pode afirmar com clareza de que modo estão distribuídos os recursos, justamente pela indisponibilidade de dados consolidados pelo MDS. A atualização dos dados acumula um déficit de 2 anos de informações sobre o programa no âmbito municipal.

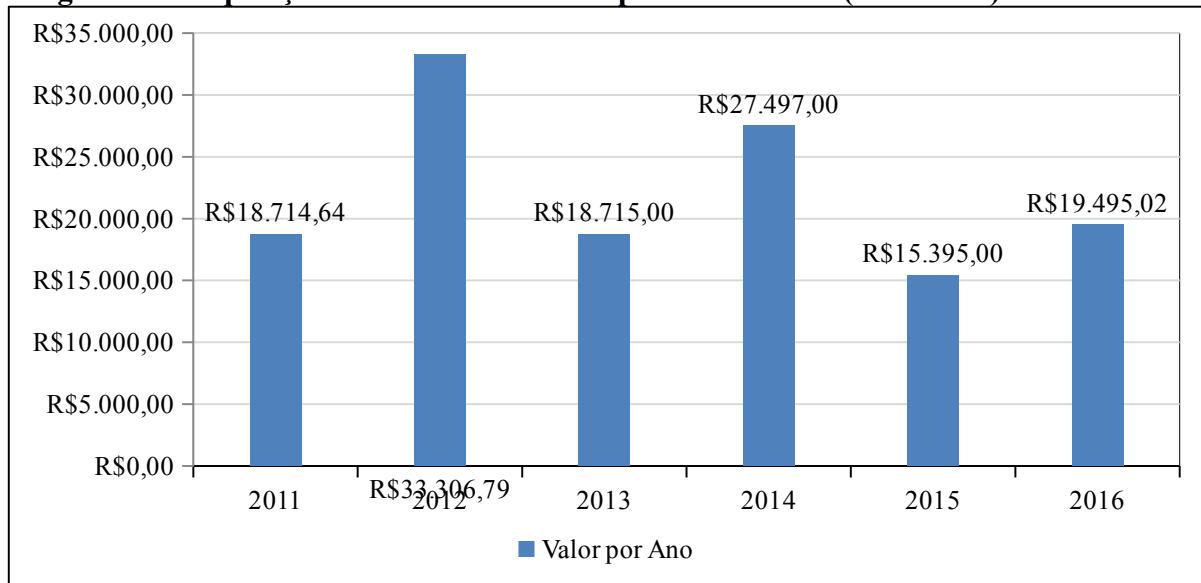
**Tabela 6 - Valor médio em Reais (R\$) entregue pelos produtores do assentamento Rio Paraíso ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2016)**

Ano	Total por ano	Nº de produtores	Valor médio
2011	R\$18.714,64	6	R\$3.119,11
2012	R\$33.306,79	10	R\$3.330,68
2013	R\$18.715,00	5	R\$3.743,00
2014	R\$27.497,00	5	R\$5.499,40
2015	R\$15.395,00	5	R\$3.079,00
2016	R\$19.495,02	3	R\$6.498,34

Fonte: PAA DATA, 2018; SMPS, 2018. Organização: do autor, 2018.

<sup>10</sup> Os dados para o ano de 2016 foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Promoção Social de Jataí/GO, pois os mesmos não se encontram no banco de dados do MDS.

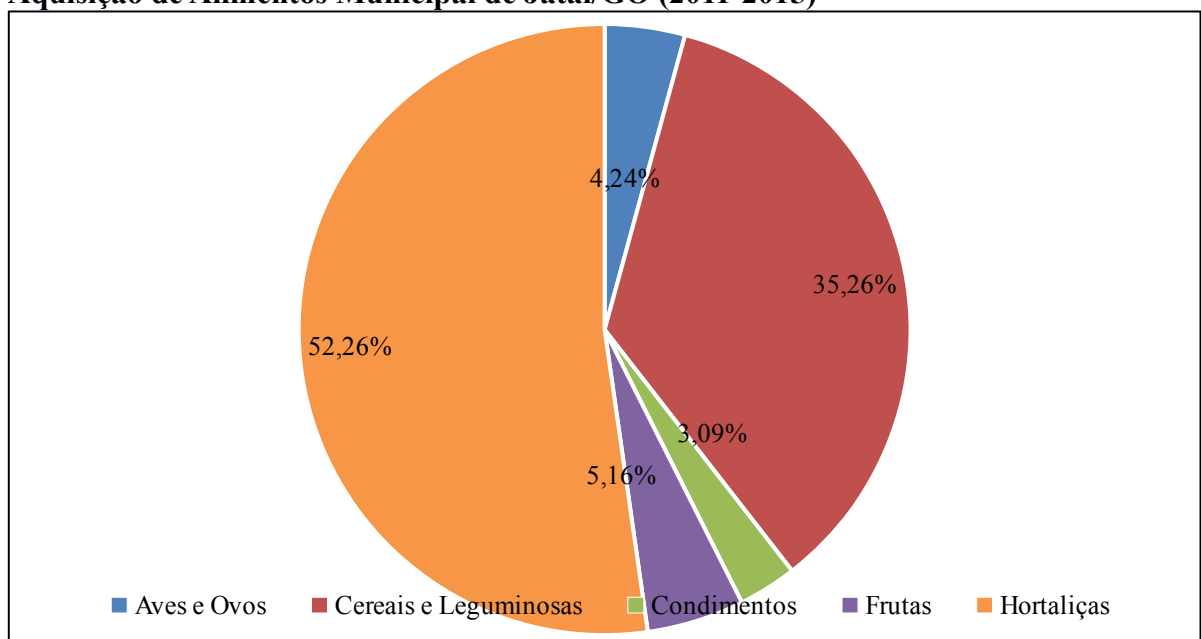
**Gráfico 6 - Recursos obtidos pelos produtores do assentamento Rio Paraíso pelo Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2016)**



Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

Quanto a variedade de produtos entregues pelos agricultores do assentamento Rio Paraíso (gráfico 07) é possível perceber que grande parte dos alimentos entregues estão no grupo das hortaliças, compondo 52,26% dos alimentos. É importante ressaltar que a categoria é uma classificação da SEAD/MDA e não distingue hortaliças de legumes e verduras, mantendo-os um único grupo.

**Gráfico 7 – Porcentagem (em R\$) de produtos entregues de acordo com a classificação da SEAF/MDA pelos produtores do assentamento Rio Paraíso ao Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO (2011-2015)**



Fonte: PAA DATA, 2018. Organização: do autor, 2018.

Assim, percebe-se uma significativa participação da categoria cereais e leguminosas (35,26%), que configuram exclusivamente feijão e milho verde. É importante ressaltar que a quantidade de milho entregue pelos agricultores representa a maior parte dos cereais entregues, somando 91,56%, enquanto o feijão apenas 8,44%. Ao analisar os dados, percebe-se que a entrega do milho verde está relacionada ao período da safra do milho no município que inicia com o plantio em março e a colheita em setembro.

Ou seja, é possível afirmar que a entrega do milho pouco ou nada tem a ver com a produção de alimentos para o programa, mas sim, o mesmo é tomado como uma forma de garantia de melhores preços para o produto, que tem a finalidade de atender as demandas do mercado agroexportador.

Outros dois pontos considerados deficitários são a entrega de produtos nas categorias aves e ovos e frutas, que representam respectivamente 4,24% e 5,16%. Isso demonstra, no caso das frutas, a especialização de determinados produtores em detrimento de outros, considerados que alguns produtos são mais rentáveis e menos onerosos quanto a produção.

No caso das aves é importante ressaltar que, no assentamento, há um abatedouro de aves que fora implementado com o objetivo de beneficiar a carne de frango dos avicultores do assentamento, na tentativa de conseguir melhores preços na comercialização do produto. No entanto é perceptível que, apesar de o PAA oferecer melhores preços para o produto se comparados com o mercado, não há interesse por parte dos agricultores em atender a demanda do programa.

A falta de interesse é justificada pelos produtores justamente pelo baixo valor que o programa oferece aos agricultores quando retirados os custos de produção do montante bruto. Em específico na produção de frangos, além dos custos com a ração e a compra dos pintinhos, o abatedouro ainda recebe uma considerável quantia pelo abate e pelo beneficiamento da carne.

Outros fatores como por exemplo, a dificuldade do transporte dos produtos até o centro de coleta dos alimentos, os custos de produção e a mão de obra empregada, são entraves enfrentados pelos agricultores do Rio Paraíso. A preferência pela produção de grãos não está atrelada somente a “tradição sojicultora” dos sulistas, mas também na renda que tal produção proporciona aos produtores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o Programa de Aquisição de Alimentos Municipal de Jataí/GO a partir de seus dados quantitativos e qualitativos, assim como pelo histórico nacional de intervenção por meio do aparelho público, foi possível ilustrar algumas considerações que podem elucidar melhor a realidade da agricultura familiar, tanto na escala municipal, como nas demais escalas da esfera pública/privada.

A busca por políticas públicas pelos agricultores familiares no município, tem formado uma via de mão única, através da qual somente aqueles atores da sociedade civil, realmente ligados com a agricultura familiar e que possuem consciência da sua relevância no contexto local e nacional, estão realmente preocupados em garantir a melhoria das condições de produção e de vida dos agricultores, fator fundamental na garantia do desenvolvimento rural.

Apesar de ter representado uma mudança significativa no âmbito das políticas institucionais de valoração daqueles que produzem a grande maioria dos alimentos no país, o PAA, no que diz respeito a Jataí, não cumpre a sua função primordial que é a produção de alimentos, combate à fome e garantia da segurança alimentar, não pela falta de recursos ou má distribuição de alimentos, mas sim, pela falta de iniciativa de, tanto a esfera pública, quanto a política, incentivar a produção de alimentos.

Por outro lado, em um Estado de inspiração neoliberal, as ações e estratégias incidem em programas governamentais essencialmente compensatórios, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade de escolha”, não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder – e frequentemente, não se propõem a ter – de alterar as relações estabelecidas na sociedade.

O assentamento Rio Paraíso é um dos retratos da falta de organização do poder público quanto a isso. A não condução do PAA municipal para uma melhor integração dos agricultores, atendendo suas demandas, bem como a competitividade entre políticas de incentivo à produção de grãos, ao invés de alimentos, como o PNPB, são exemplos disso.

A disponibilidade de terras de fácil mecanização e de solos propícios a agricultura de larga escala vai para além do tradicionalismo sojicultor que adentrou a com a chegada dos sulistas. Está ligada diretamente com a geração de renda que a cultura de grãos proporciona, pois, praticamente não necessita de mão de obra que a produção variada de alimentos requer, além da fácil mecanização do preparo do solo e do plantio.

No entanto, é preciso deixar claro que o PAA sim tem grande capacidade de alterar a dinâmica econômica em qualquer escala quando direcionado de acordo com as realidades de



cada localidade, e é claro, adequando-o para uma maior geração de renda para os agricultores. No entanto, a falta de planejamento e de recursos, bem como o modelo adotado pelo país e as consequências decorrentes do mesmo, como a concentração massiva de terras e recursos pelo latifúndio, mascaram a realidade que é a busca de renda pela agricultura familiar no Brasil.

Assim, a partir do que foi abordado pela presente pesquisa, reconhecendo não poder responder a todos os questionamentos e solucionar todas os problemas, pretende-se contribuir para uma análise concreta da realidade dos agricultores do assentamento Rio Paraíso, na esperança de transformação daquilo que está materializado.

## REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 11, n. 31, 1996. p. 44-66.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017. p. 51-60.
- BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, Nº14 – abril de 2009. p. 209-248.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Descentralização e política social**. São Paulo: Cadernos Cepam B, 1991.
- CLEMENTE, Evandro César. **Programa estadual de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales – SP**. 353 f. 2001. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente, FCT/UNESP – Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural e organizações coletivas (associações e cooperativas rurais) da produção da agricultura familiar no Sudoeste de Goiás. *In: Memórias (Anais) do XV Encontro de Geógrafos da América Latina*. Havana, v. 1. 2015. p. 01-13.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CONAB. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> Acesso em: 21 de Janeiro de 2018.
- DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 54, núm. 2, 2011, p. 431-473
- ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Campina, SP: 1997.
- FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências de lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon – PR: LGeo, 2001.
- FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão-do agrário ao territorial**. 220 f. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental), São Paulo, Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. **Encontro Nacional de Economia Política**, v. 12, 2007.
- FRANÇOZI, Marcos Paulo; CLEMENTE, Evandro César; Análise da atuação do poder público local no apoio às cooperativas e associações da agricultura familiar no município de Jataí/GO. *In: 14º CONPEEX*, Goiânia, 2017. p. 211.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 15, n. 2(26), 2004, p. 225-256.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006, 439 f. Tese de Doutorado em Geografia – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

HESPAHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, 2010.

\_\_\_\_\_. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<http://www.sidra.br>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<http://www.sidra.br>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 10 de Janeiro de 2018.

INPE. **Canasat**. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>> Acesso em: 10 de Janeiro de 2018.

MACHADO, Marybeth Faria. Reforma agrária: uma análise preliminar do Assentamento Rio do Paraíso (1985-2004). In: **Conjuntura Econômica Goiana**. nº 10. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Governo do Estado de Goiás, 2009. p. 47-56.

MDA/SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília, MDA/SDT, 2005.

NETTO, Carlos Mielitz. “A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional” in BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio. (Org.) **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro, MauadX, 2011, p. 221 – 252

PAULINO, Eliane Tomiasi. Políticas territoriais e a questão agrária: da teoria à intervenção. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 107-129.

QUEIROZ, Gilberto José de. **Modernização Agrícola e transformações socioespaciais em Goiás: desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período de 1930 a 2007**. 275 f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Uberlândia.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí – GO**. 102 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente - FCT/UNESP – Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. **I Fórum Internacional Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza, 2003.

SEAF/MDA. **Secretaria da Agricultura Familiar**. <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 05 de Janeiro de 2018.

SEAF/MDA. **Subsecretaria de Desenvolvimento Rural**. <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 03 de Janeiro de 2018.

SIEG. **Mapas**. 2018. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br>> Acesso em: 22 de Janeiro de 2018.

SIEB, Décio Lauri. **Estratégias de comercialização: o caso dos agricultores familiares do Assentamento Rio Paraíso – Município de Jataí (GO)**. 169 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Brasília – FAMV/UNB – Programa de Pós-Graduação em Agronegócio.

SILVA, William Ferreira Da. PEIXINHO, Dimas Moraes. A expansão do setor sucroenergético em Goiás: a contribuição das políticas públicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 13, p. 97-114, fev., 2012.

## ANEXOS

## Anexo 01 – Tabela de Preços do Programa de Aquisição de Alimentos municipal de Jataí/GO

<b>TABELA DE PREÇOS 2014-2016 P.A.A – JATAÍ/GO</b>			
<b>Nº</b>	<b>Descrição do produto</b>	<b>Unidade de comercialização</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1	Abacaxi Pérola	Kg	R\$ 1,50
2	Abóbora Cabotiá	Kg	R\$ 1,50
3	Abóbora menina brasileira	Kg	R\$ 3,35
4	Abóbora moranga	Kg	R\$ 0,90
5	Açúcar Mascavo	Kg	R\$ 4,20
6	Alface	Kg	R\$ 3,40
7	Banana maçã	Kg	R\$ 3,00
8	Banana nanica	Kg	R\$ 1,20
9	Banana prata	Kg	R\$ 2,27
10	Banana terra	Kg	R\$ 2,33
11	Batata doce	Kg	R\$ 1,10
12	Berinjela	Kg	R\$ 1,40
13	Beterraba	Kg	R\$ 2,50
14	Brócolis	Kg	R\$ 5,56
15	Cará	Kg	R\$ 2,17
16	Cebola	Kg	R\$ 2,25
17	Cenoura	Kg	R\$ 2,20
18	Cheiro verde	Kg	R\$ 4,80
19	Chuchu	Kg	R\$ 1,00
20	Couve	Kg	R\$ 5,00
21	Couve flor	Kg	R\$ 4,33
22	Farinha Mandioca	Kg	R\$ 4,75
23	Feijão	Kg	R\$ 4,67
24	Frango Caipira	Kg	R\$ 13,03
25	Jiló	Kg	R\$ 2,00
26	Laranja	Kg	R\$ 1,40
27	Leite pasteurizado	Kg	R\$ 1,48
28	Limão Taiti	Kg	R\$ 1,29
29	Mamão comum	Kg	R\$ 2,00
30	Maracujá	Kg	R\$ 2,10
31	Mel de abelhas	Kg	R\$ 18,92

32	Melancia	Kg	R\$ 0,90
33	Milho verde	Kg	R\$ 1,80
34	Ovos de galinha caipira	Kg	R\$ 5,00
35	Pepino caipira	Kg	R\$ 1,47
36	Pepino Japonês	Kg	R\$ 1,47
37	Pimenta bode	Kg	R\$ 11,39
38	Pimenta de cheiro	Kg	R\$ 11,39
39	Pimentão	Kg	R\$ 5,00
40	Queijo frescal	Kg	R\$ 9,58
41	Quiabo	Kg	R\$ 3,60
42	Rabanete	Kg	R\$ 2,31
43	Raiz Mand. Casca	Kg	R\$ 1,50
44	Raiz Mand. Sem Casca	Kg	R\$ 2,25
45	Repolho verde	Kg	R\$ 1,80
46	Rúcula	Kg	R\$ 6,00
47	Tangerina	Kg	R\$ 2,00
48	Tempero completo	Kg	R\$ 3,00
49	Tomate Paulista	Kg	R\$ 3,86
50	Uva Niágara	Kg	R\$ 5,50
51	Vagem	Kg	R\$ 4,62